



CÓDIGO TRIBUTÁRIO DE MACAÉ.

Define atribuições e competências, e das obrigações de fazer e não fazer.
Estabelece as Normas Gerais de Direito Tributário aplicáveis no Município, instituindo em definitivo o

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ

A Câmara Municipal de Macaé delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei regula com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil; na Constituição do Estado do Rio de Janeiro; no Código Tributário Nacional; na Lei Orgânica do Município de Macaé, as Normas Gerais do Direito Tributário Nacional aplicáveis ao Município, sem prejuízo da respectiva Legislação Complementar, Ordinária ou Regulamentar, bem como do Direito Administrativo, Civil, Penal e Comercial e, em especial o constante nas Leis Federais de n.º 4, de 26 de setembro de 1962 (Lei Delegada), com as alterações introduzidas pelas leis de números: 7.784, e 8.871, de 28 de junho de 1989 e 03 de junho de 1984, respectivamente; lei 6.830, de 22 de setembro de 1980 (dispõe sobre cobrança e inscrição na dívida ativa; lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 ; 8.137, de 27 de dezembro de 1990; lei 8.874, de 11 de junho de 1994 (CADE) e, 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - Esta Lei tem a denominação de **CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ (CTMM)**.

Art. 2º - O Código Tributário do Município de Macaé, compõe-se dos dispositivos desta Lei e, nos limites das respectivas competências.

Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 5º - Os Tributos são Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Art. 6º - Integram o Código Tributário do Município de Macaé:

I - Imposto:

- a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
- b) Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direito a eles relativo (ITBI).
- c) Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN).

II - Taxas:

- a) Decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município.
- b) Decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou posto à sua disposição.

III - Contribuição de Melhoria.



Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a baixar decretos reguladores sobre matéria Tributária do constante neste Código e sempre que houver alterações por Emendas Constitucionais, Leis Complementares e Ordinárias que versem no todo ou em parte sobre matéria tributária, produzindo os seus efeitos legais conforme instituído na Legislação pertinente.

Parágrafo Único – Fica, ainda, o chefe do Poder Executivo autorizado a baixar decretos sobre Preços Públicos, definindo e identificando:

- 1 - Fato gerador;
- 2 – Solidariedade tributária;
- 3 – Lançamento e recolhimento;
- 4 – Valores.

Art. 8º - Todos os tributos estabelecido neste Código terão sua correspondência em UFIR(Unidade Fiscal de Referência), tomando-se como data base a do lançamento do tributo.

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 9º - O Órgão da Prefeitura Municipal de Macaé, responsável pela aplicação das normas administrativas e fiscais contidas neste Código e de Normas Complementares ou Alternativas advindas de Leis posteriores e Decretos Reguladores, é a SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

§ 1º - O Órgão responsável pela aplicação das Normas Gerais de Direito Tributário é a Procuradoria Geral do Município;

§ 2º - Todas as funções referentes a Lançamento, Cadastramento, Recadastramento, Arbitramento, Estimativa, Apreensão, Interdição, Compensação, Transação, Remissão, Imunidade, Isenção, Registros na Dívida Ativa, Cobrança Amigável, Parcelamento, Cobrança de Créditos Tributários e não Tributários, Recolhimento, Restituição de Indébitos, Fiscalização, Aplicação de sanções por infração à Legislação Tributária do Município, bem como medidas de prevenção e repressão às fraudes e tudo o mais que verse sobre tributos da alçada do município, serão exercidas plenamente pela Secretaria Municipal de Fazenda através de seus servidores.

Art. 10 - Ficam os Órgãos da Prefeitura, que tenham como atribuição funcional aplicação de Autos de Infração por desobediência à Legislação Municipal obrigados a protocolarem no prazo máximo de 48 horas, no Protocolo da Secretaria Municipal de Fazenda o respectivo Auto, encaminhando-o ao órgão competente para os devidos fins.

Art. 11 - A Administração Fazendária e seus Servidores Fiscais terão, dentro de suas áreas de Competência e Jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos na forma da Lei.

Art. 12 - A fiscalização dos tributos municipais, bem como a aplicação de penalidades, quando for o caso, e conseqüente lavratura do auto de infração competem privativamente ao Agente ou Fiscal de Rendas incluindo-se os respectivos cálculos que lhe derem origem, e conseqüentemente devidos aos cofres do município, bem como das obrigações acessórias recaindo a fiscalização sobre toda pessoa física ou jurídica, contribuinte ou não, que estiver obrigada ao cumprimento da legislação tributária, inclusive a que gozar de imunidade ou isenção.

Art.13 - O acesso do Agente ou Fiscal de Rendas a qualquer local onde deva ser exercida a fiscalização tributária está condicionado apenas, à apresentação de sua identidade funcional, sem qualquer outra formalidade.

Parágrafo Único - Fica fazendo parte deste Código no que couber, para efeito de Ação Fiscal por parte da Fiscalização Fazendária, o constante nas leis municipais:

- I - Código de Posturas;
- II - Código de Obras;
- III - Lei de Zoneamento;
- IV - Lei de Parcelamento e Uso do Solo; e



V - outras Leis Municipais que versem sobre Legislação Municipal Tributária ou sobre suas cominações legais.

Art. 14 - Para os efeitos da Legislação Tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de Serviços, ou da obrigação destes em fazê-los.

Art. 15 - Conforme o constante no art.12, deste Código e do disposto no art. 195, da Lei n.º 5172, de 25 de outubro de 1966, é prerrogativa da fiscalização Fazendária, o exame das contas das pessoas físicas ou jurídicas, não prevalecendo para esse efeito o disposto nos artigos 15 e 20, do Decreto Lei nº 9.295/46, ficando obrigadas as pessoas físicas e jurídicas a prestarem todos os esclarecimentos e informações solicitados.

Parágrafo Único - Os exames de livros, arquivos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos em relação ao mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art 16 - Fica criada a Procuradoria da Fazenda Municipal que terá como atribuição a cobrança judicial da Dívida Ativa Municipal.

Parágrafo Único – A Procuradoria da Fazenda Municipal será composta de 01 (um) chefe e 02 (dois) procuradores municipais concursados, cedidos pela Procuradoria Geral do Município.

Art 17 - Fica criado o cargo comissionado de chefe da Procuradoria da Fazenda Municipal, símbolo DAS II, que deverá ser ocupado por advogado nomeado pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 18 - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes de lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

§ 1º - Estão sujeitos à fiscalização tributária quaisquer livros comerciais e limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

§ 2º - Poderão ser apreendidos, mediante procedimento fiscal, os livros, documentos e papéis que constituam prova de infração ao estabelecido na Legislação Tributária.

Art. 19 - As autoridades administrativas e fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda, que tiverem conhecimento de crime de sonegação fiscal remeterão obrigatoriamente por intermédio do Secretário de Fazenda à Procuradoria Geral do Município os elementos comprobatórios de infração com vistas à instrução do competente processo.

Art. 20 - As autoridades administrativas fiscais do município poderão requisitar o auxílio de força policial federal, estadual e do próprio município através de sua guarda municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na Legislação Tributária, ainda que não se configure fato definido em Lei como crime ou contravenção.

Parágrafo Único - Na situação prevista no artigo supra, a autoridade fiscal, comunicará dentro de 24 horas, a partir do fato ao seu superior através de relatório circunstanciado anexando cópia da ocorrência policial registrada, para que seja acionada a Procuradoria Geral do Município para intervir juridicamente.

Art. 21 - A autoridade fiscal terá livre acesso, quando no exercício de suas funções, a todos os estabelecimentos e dependências da pessoa jurídica e nela permanecer no horário normal de suas atividades com vistas à verificação da regularidade de seus negócios para com o fisco municipal.

Parágrafo Único - Aplica-se o constante neste artigo sobre a atividade de Autônomo quando estabelecido, exceto em sua residência.



Art. 22 - Ocorrendo recusa, entrega parcial ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Agente ou Fiscal de Rendas pode, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei, inscrever de ofício importância que reputar devida, cabendo a pessoa jurídica ou física, o ônus da prova em contrário.

Parágrafo Único - Considera-se deficiente o documento ou informação apresentada que não preencha formalidades legais, bem como aquele que contenha informação diversa da realidade, ou, ainda, que omita informação verdadeira.

Art. 23- Sem prejuízo do disposto na Legislação criminal, é vedada a divulgação para qualquer fim por parte da Fazenda Pública Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 24 - Conforme estabelecido no artigo 199, do Código Tributário Nacional, a Fazenda da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização e recebimentos dos tributos respectivos e permuta de informação, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico por Lei ou Convênio.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios para atender o disposto no artigo supra, podendo o mesmo delegar poderes ao Secretário Municipal de Fazenda a fazê-lo no interesse da fiscalização Fazendária.

Art. 25 - Mediante intimação escrita, são obrigados, a prestar à autoridade administrativa e fiscal toda as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros;

- I - Os funcionários públicos;
- II - Os serventuários de justiça;
- III - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- IV - Os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- V - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- VI - As empresas de administração de bens;
- VII - Os síndicos, comissários, inventariantes e liquidatários;
- VIII - As bolsas de mercadorias e caixa de liquidação;
- IX - Os armazéns gerais, os depósitos, os trapiches e congêneres que efetuem armazenamento de mercadorias;
- X - As empresas de transportes, inclusive os proprietários de veículos que por conta própria ou de terceiros, explorem a indústria de transporte;
- XI - As companhias de seguros, e;
- XII - Os contadores.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange à prestação de informações quanto à fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo, em razão de Cargo, Ofício, Função Atividade ou Profissão.

Art. 26 - Sendo obrigação fiscal derivada de Lei, não pode o costume ter oponibilidade ao fisco, ao ponto de fazer com que o sujeito passivo fique excluído da obrigação.

Parágrafo Único - Os Usos e Costumes podem ser invocados a favor do contribuinte, na aplicação, especialmente do princípio da equidade pela Administração. Porém, a equidade não poderá dar resultado na dispensa do pagamento do tributo.

Art. 27 - Poderão arrecadar tributos municipais em nome e por conta da Prefeitura Municipal de Macaé os estabelecimentos bancários que preencherem as condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município.



Parágrafo Único - Os estabelecimentos bancários que desejarem arrecadar tributos municipais deverão firmar convênio com o Município.

Art. 28 - Os tributos serão pagos através de guia específica conforme dispuser a Legislação Tributária com referência a cada tributo (DAM), ou através de Documento Único de Arrecadação de Tributos Municipais (DUATRIM).

§ 1º - os créditos tributários devem ser solvidos, em moeda corrente do país, salvo exceções previstas em Lei especial.

§ 2º - A praxe de remessa de guias de pagamento ao contribuinte não o desobriga de procurá-las na repartição competente caso não as receba no prazo normal, desde que tenham sido feitas publicações ou expedidas Intimações ou Notificações de débito, dando ciência ao público e/ou Contribuinte da emissão das citadas guias.

§ 3º - Após a emissão dos documentos mencionados no “caput” deste artigo com prazo certo de vencimento, se não pago no prazo mencionado, só poderá ser prorrogado por uma única vez, por prazo não superior a 30 (trinta) dias e com atualização do valor principal.

Art. 29 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelo contribuinte, quando não recolhido no prazo certo de vencimento, e com atraso superior a 90 (noventa) dias, colocará o mesmo sobre o regime especial de fiscalização.

Art. 30 - A Secretaria Municipal de Fazenda fará publicar no início de cada exercício fiscal, o Calendário Anual de Arrecadação dos Tributos Municipais de Macaé (CARTRIM).

Art. 31 - O pagamento não importa em quitação do crédito tributário, valendo tão somente como prova de recolhimento da importância da referida guia e, em consequência, não exonera o contribuinte de qualquer diferença que venha a ser apurada de acordo com o disposto nesta lei.

Parágrafo Único - A aceitação do pagamento de determinado crédito, não importa em presunção de pagamento de créditos anteriores, bem como de outros referentes a tributos diversos.

Art. 32 - Fica instituído no âmbito do Imposto sobre serviços, o regime de substituição tributária, que subordina as empresas estabelecidas no Município cuja natureza do Serviço implique em subcontratações.

Art. 33 - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 34 - O Crédito Tributário não pode ter o seu nascimento obstado, nem seus elementos modificados, por autoridade de qualquer nível, nem por disposição que não esteja expressa em Lei.

Art. 35 - Se, dentro do prazo fixado para pagamento, o contribuinte depositar nos cofres públicos municipal importância que julgar devida, não ficará sujeito a atualização sobre o valor depositado e nem sobre ele serão devidos acréscimos legais.

Parágrafo Único - Quando o depósito for feito fora do prazo, deverá o contribuinte recolher juntamente com o principal, a multa ou qualquer acréscimo moratório já devido nessa oportunidade.

Art. 36 - As quantias recolhidas aos cofres municipais em pagamentos de créditos fiscais indevidos em face de lei ou de outras circunstâncias, serão restituíveis conforme dispuser a regulamentação deste artigo e do artigo seguinte.

Art. 37 - É facultado ao Poder Executivo, mediante condições de garantia que estipular para cada caso, efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.



Parágrafo Único - Atendendo a natureza e ao montante do tributo a ser restituído poderá o Secretário Municipal de Fazenda determinar que a restituição se processe parceladamente, em até 12 (doze) vezes.

Art. 38 - É depositário da Fazenda Pública , observado o disposto nos artigos 1.282 e 1.283 do Código Civil, a pessoa a que a legislação tributária imponha a obrigação de reter ou receber de terceiros, e recolher aos cofres públicos, impostos e taxas .

Parágrafo Único - É considerado depositário infiel aquele que não entrega à Fazenda Pública o valor referido neste artigo, no termo, forma e prazo fixados na legislação tributária.

Art. 39 - O Poder Executivo poderá permitir em caráter excepcional, o pagamento parcelado de créditos tributários já vencidos, tendo em vista a situação econômico-financeira do sujeito passivo.

Parágrafo Único - Entende-se também como crédito tributário já vencido, aquele inclusive inscrito na Dívida Ativa na fase de cobrança amigável.

Art. 40 - É facultada a celebração de transação entre o poder executivo e o sujeito passivo da obrigação tributária, para terminação do litígio e conseqüente extinção de crédito tributário, mediante concessões mútuas.

Art. 41 - Fica o Poder Executivo autorizado a permitir Transação, e a conceder Anistia, Remissão ou Isenção total ou parcial do crédito tributário, tendo em vista diversos aspectos tais como: de incentivos de relevante interesse público; assistenciais sociais e educacionais, observados os aspectos sociais e técnicos a que se destinam, ou de calamidade pública, que venham ensejar essa determinação, podendo esses benefícios alcançar os créditos vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal

§ 1º - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.

§ 2º - São excluídos do disposto no “caput” deste artigo os créditos tributários que estejam sub-judice.

§ 3º - Os benefícios contidos neste artigo, se concedidos, poderão ser revistos ou cancelados a qualquer tempo no interesse da Fiscalização Fazendária

Art. 42 - Quando o volume ou a modalidade da Prestação de Serviços aconselhar, a critério da Fazenda Municipal, tratamento Fiscal mais adequado, o ISSQN poderá ser calculado por estimativa.

Parágrafo Único - Para determinados tipos de sujeitos passivos a serem definidos na regulamentação deste código, a autoridade fiscal pode fixar o ISSQN devido a partir de uma base de cálculo estimada, fixando-a antes da ocorrência do fato gerador exigindo do mesmo, o seu pronto recolhimento.

Art. 43 - Todo aquele que tiver legítimo interesse poderá formular consulta sobre interpretação e aplicação da Legislação Tributária Municipal, para definir somente dúvida ou circunstâncias atinentes à situação do consulente que será formulada de modo claro, sintético e objetivo, formalizando, com precisão, a matéria cujo esclarecimento se fizer necessário e indicará:

- I - O fato objeto da consulta;
- II - As dúvidas pertinentes.

Parágrafo Único - Compete ao Agente ou Fiscal de Rendas que for designado para opinar sobre a consulta, a fazê-lo no prazo máximo de oito dias a partir do recebimento do processo.

Art. 44 - Caso o consulente discorde da resposta poderá recorrer para a Junta Fiscal de Instrução e Julgamento no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ciência da resposta à consulta.

Art. 45 - Fica instituída a figura administrativa “DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO “ que se processará nos termos do artigo seguinte.



Art. 46 - Da decisão contida na Ação Fiscal, na qual resulte infração às normas tributárias, que, ao interessado se afigure omissa, contraditória ou obscura, poderá ser objeto de Pedido de Esclarecimento, interposto ao fiscal autuante no prazo de cinco dias da ciência efetiva da infração cometida.

§ 1º - O Fiscal Autuante, prestará os esclarecimentos necessários nos autos do processo, no prazo máximo de cinco dias a contar da data do seu recebimento.

§ 2º - Se o pedido for manifestamente protelatório ou visar, indiretamente a reforma da decisão fiscal, não será conhecido. Devendo o fiscal em despacho fundamentado, justificar seu convencimento, determinando o prosseguimento do processo.

§ 3º - O Pedido de Esclarecimento, interrompe o prazo para apresentação de defesa ou do recolhimento do tributo devido.

Art. 47 - Todo e qualquer crédito alcançado por ação fiscal não recolhidos nos prazos regulamentares, ficará sujeito a multa moratória devendo o crédito tributário ser lançado, obrigatoriamente, através de Notificação de Lançamento nos termos do art. 142 do C.T.N., e, desta lei.

Art. 48 - A Legislação Tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas da sua aplicação.

Art. 49 - A competência Tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público, a outra, nos termos da Constituição.

Art. 50 - A expressão “Fazenda Pública”, quando empregada nesta lei sem qualificação, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 51 - A expressão “Legislação Tributária”, compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 52 - Salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais no prazo de oito dias.

Art. 53 - Os prazos serão contínuos e peremptórios excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 54 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a determinar RECADASTRAMENTO GERAL NO MUNICÍPIO, visando aperfeiçoar o IPTU, ISSQN e Taxas de qualquer natureza, cujos munícipes, por força desta lei estejam obrigados.

Art. 55 - Para aplicação do constante neste código sobre natureza tributária e conseqüentemente da administração financeira na Secretaria Municipal de Fazenda, fica o chefe do poder executivo, autorizado a reestruturar e instituir nova nomenclatura Administrativa / Financeira / Tributária na Secretaria de Fazenda adequando-a aos princípios modernos de uma nova estrutura organizacional.

Art. 56 - Fica a Secretaria de Obras do Município de Macaé, visando o maior controle efetivo sobre os tributos municipais, obrigada a comunicar a Secretaria de Fazenda, toda aprovação de projetos e aceites de obras novas, reconstrução total ou parcial, acréscimos ou reforma, indicando:

- a) Local e data do início da obra;
- b) Nome do proprietário;



- c) Nome do responsável técnico; e,
- d) Nome da firma construtora e/ou construtor autônomo.

Parágrafo Único - Em função do contido neste artigo, o habite-se final só será concedido pela Secretaria de Obras após ouvida a fiscalização fazendária.

Art. 57 - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a qualquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável que fixará prazo máximo para conclusão daquelas, considerando o capitulado no Parágrafo único do art. 138, do C.T.N.

Art. 58 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a dispensar a microempresa e a empresa de pequeno porte, quando na atividade Comercial, Industrial e/ou Prestador de Serviços, assim definidas em Lei, tratamento jurídico diferenciado visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias ou pela eliminação ou redução destas por meio de Lei.

Art. 59 - Todas as certidões serão requeridas através de processo administrativo, mediante o pagamento do preço público correspondente e, serão expedidas no prazo máximo de 10 (dez) dias.

LIVRO PRIMEIRO

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

TÍTULO I

FATO GERADOR

Art. 60 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza, como definidos na Lei Civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º - Para os efeitos desse imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei Municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos em pelo menos 02 (dois) itens seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotamento sanitário;
- IV - rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) Km do imóvel considerado.

§ 2º - Consideram-se também urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constante de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes destinados à habitação, à indústria ou a comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do “caput” deste artigo.

Art. 61 - O bem imóvel para efeito deste imposto será classificado como não edificado e edificado.

Art. 62 - Considera-se não edificado o bem imóvel:

- I - baldio, sem edificações;
- II - em que houver construção paralisada ou em andamento;
- III - em que houver edificações interditada, condenada, em ruínas, ou em demolições;
- IV - cuja edificações, seja natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
- V - em que houver edificação concluída porém, sem o respectivo habite-se.

Art. 63 - Considera-se edificado o bem imóvel que possua o respectivo habite-se.



Art 64 - No caso de lançamento de ofício, será considerado edificado o bem imóvel que possua construção concluída, mesmo que inabitado e que possua construção não concluída porém, que esteja habitado.

TÍTULO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 65 - Contribuinte do IPTU é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

§ 1º - Conhecido o proprietário, a ele dar-se-á preferência na condição de sujeito passivo.

§ 2º - Tratando-se de imóvel foreiro, o sujeito passivo será o titular do domínio útil.

§ 3º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de ser imune ao imposto, dele estar isento, ser desconhecido não localizado ou ausente, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel, seja cessionário, posseiro, comodatário ou ocupante a qualquer título.

§ 4º - Será considerado contribuinte, para todos os efeitos, aquele que constar no Registro Geral de Imóveis (RGI) como último proprietário do bem imóvel.

§ 5º - São considerados ainda, como sujeito passivo em relação ao respectivo imóvel, o comprador, adquirente, promitente comprador, espólio, possuidor a qualquer título ou qualquer pessoa que se identifique como tal e comprove esta condição.

Art. 66 - Tratando-se de bem imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, cessará o compromisso com a obrigação tributária a partir da data em que o Município for emitido na posse, por decisão judicial.

TÍTULO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 67 - A base de cálculo do IPTU sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o valor venal da unidade imobiliária.

§ 1º - O chefe do Poder Executivo elaborará e enviará para aprovação da Câmara Municipal, Projeto de Lei estabelecendo a Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da publicação desta Lei.

I - Enquanto isso, serão utilizados os valores venais ora praticados.

Art. 68 - A Planta Genérica de Valores Imobiliários a que se refere o “caput” do artigo anterior contendo valores de metro quadrado de construção e de terreno. Será elaborada tomando como base os seguintes critérios:

I - Quanto à construção:

a) padrão e tipo de construção;

b) custo de metro quadrado de construção por tipo e padrão, segundo publicações por órgãos e instituições especializadas;

c) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente.

II - Quanto ao terreno:

a) a área, a forma, as dimensões e a localização, os acidentes geográficos e outras características;

b) os serviços públicos ou de utilidade pública existentes na via ou logradouro;

c) comércio existente nas proximidades;



- d) índice de valorização do logradouro, quadra ou zona que estiver situado o imóvel;
- e) o preço do imóvel das últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas, segundo o mercado imobiliário local;
- f) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente.

Art. 69 - Todos os valores fixados na Planta Genérica de Valores Imobiliários terão sua correspondência em UFIR - Unidade Fiscal de Referência.

Art. 70 - Ocorrendo fatores supervenientes aos critérios de avaliação já fixados e atendendo a situações de calamidade pública ocorridas em zonas de localização do imóveis, o Chefe do Poder Executivo, em caráter excepcional, poderá reduzir os valores contidos na Planta de Valores Imobiliários.

Art. 71 - Aplicar-se-á o critério de arbitramento para fixação do valor venal quando:

- I - o contribuinte impedir o levantamento dos elementos e características do imóvel, necessários à apuração do seu valor real;
- II - o imóvel estiver fechado ou inabitado e seu proprietário ou responsável não for localizado.

Art. 72 - Tratando-se de imóvel edificado ou não, com frente para mais de um logradouro, a tributação corresponderá a do logradouro de maior valor.

Art. 73 - O valor venal do bem imóvel será determinado:

- I - tratando-se de imóvel edificado, pelo valor da construção obtido através da multiplicação de área construída pelo valor unitário de metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão de construção aplicados os fatores de correção somado ao valor do terreno, ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso seguinte;
- II - tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicados os fatores de correção.

TÍTULO IV

ALÍQUOTAS

Art. 74 - O IPTU será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas:

- I - Alíquota de 1,5%
 - a) sobre imóvel não edificado em logradouros providos de calçamento e meio-fio, devidamente murado em consonância com o Código de Obras Municipal e o Código Civil;
 - b) sobre o imóvel não edificado em logradouros desprovidos de calçamento e meio-fio.
- II - Alíquota de 2,5%
 - a) sobre o imóvel não edificado em logradouros providos de calçamento e meio-fio, e que não esteja devidamente murado.
- III - Alíquota de 0,5%
 - a) sobre imóvel edificado.

TÍTULO V

LANÇAMENTO

Art. 75 - O lançamento do IPTU é anual e se processará “de ofício”, levando-se em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador e em nome do contribuinte que constar do cadastro.

Art. 76 - Quando a situação física do bem imóvel for diferente da situação contida no respectivo título de propriedade, para efeito de lançamento, a primeira preterirá a segunda.



Art. 77 - Quando houver omissão quanto as informações que possibilitem apurar o valor venal, ou não merecerem fé as declarações, esclarecimentos e documentos fornecidos pelo sujeito passivo, a determinação da base de cálculo se dará por arbitramento, independentemente da aplicação de penalidades cabíveis.

Art. 78 - Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

- a) quando “pró indiviso”, em nome de qualquer um dos proprietários;
- b) quando “pró diviso”, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 79 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, poderão se efetuados lançamentos aditivos ou complementares, estes últimos somente quando decorrentes de erro de fato.

Art. 80 - No caso de impugnação parcial do lançamento, poderá ser emitido novo carnê com valores relativos à parte não impugnada.

Art. 81 - O lançamento será feito um para cada imóvel, com base nos elementos existentes no Setor de Cadastro Imobiliário Fiscal.

Art. 82 - Toda e qualquer transferência de titularidade sobre bens imóveis, deverá ser comunicado à seção de lançamento e cadastro imobiliário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da efetivação da transferência.

Art. 83 - As alterações do lançamento, na ocorrência do ato ou fato que as justifiquem, serão feitas no curso do exercício, mediante processo, a requerimento do contribuinte, e por despacho de autoridade competente.

Art. 84 - Não sendo cadastrados os imóveis por omissão de seus titulares, o lançamento será feito em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância no termo da inscrição.

Art. 85 - Quando o loteamento não estiver com situação regularizada conforme determinado na legislação específica, o lançamento será feito em nome do proprietário da área.

Art. 86 - O lançamento do IPTU em nome do sujeito passivo não implica reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 87 - O lançamento do imposto ocorrerá no dia primeiro de janeiro de cada ano.

Art. 88 - A mudança da alíquota incidente sobre o imóvel edificado ou não edificado, bem como quaisquer alterações e novas inscrições somente prevalecerá para efeito de lançamento a partir do exercício seguinte aquele em que ocorrer a operação.

TÍTULO VI

PAGAMENTO

Art. 89 - O IPTU é devido anualmente, podendo ser pago integralmente em cota única dentro do exercício a que se referir com desconto escalonado sobre o total do seu valor principal ou, parceladamente.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo definirá, a cada exercício, através de Decretos, o número de parcelas, as datas de vencimento de cada uma delas, assim como a data de vencimento da cota única, e os percentuais dos descontos a serem aplicados, no caso de pagamento integral.

Art. 90 - Juntamente com o IPTU, serão cobradas as Taxas de Serviços Públicos e os Preços Públicos relativos aos serviços requisitados pelos contribuintes.



Parágrafo Único - No caso de pagamento em cota única os percentuais dos descontos a serem estabelecidos serão aplicados sobre o IPTU/TSP e os Preços Públicos.

Art. 91 - O total do lançamento será quantificado em UFIR-Unidade Fiscal de Referência, com base no valor estabelecido pelo Governo Federal.

Art. 92 - O pagamento de cada cota independe das anteriores e não presume a quitação das mesmas.

Parágrafo Único - O atraso no pagamento de qualquer cota acarretará no vencimento antecipado do total da dívida e sua conseqüente inscrição na Dívida Ativa.

TÍTULO VII

IMUNIDADES

Art. 93 - São imunes ao imposto sobre a propriedade predial e a territorial urbana, os imóveis pertencentes ao patrimônio:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, exceto quando se tratar de exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis à empreendimentos privados, ou em que haja contra-prestação de preços e tarifas pelo usuário.

II - das autarquias, empresas públicas e fundações criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, somente quando utilizadas em suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

III - dos partidos políticos, das instituições de educação e/ou assistência social, exclusivamente quando utilizados nos seus objetivos institucionais, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos e observados os requisitos fixados em Lei.

IV - das entidades religiosas, no tocante aos templos de qualquer culto.

TÍTULO VIII

ISENÇÕES

Art. 94 - Ficam isentos do IPTU:

I - o bem imóvel pertencente a ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, desde que único e utilizado efetivamente como sua moradia;

II - o bem imóvel pertencente à viúva de ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, enquanto permanecer comprovadamente em estado de viuvez;

III - o bem imóvel pertencente à pessoa física cuja a renda não ultrapasse a 3 (três) salários mínimos, que nele esteja residindo efetivamente e seja sua única propriedade;

IV - o bem imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo Poder Público Desapropriante.

Art. 95 - Ficam ainda isento do imposto sobre propriedade territorial urbana:

I - o proprietário de imóveis ou titular de direito real sobre o mesmo que o ceder gratuitamente, para funcionamento de quaisquer serviços do Município, relativamente aos imóveis cedidos e enquanto estiverem ocupados pelo citados serviços;

II - as pessoas jurídicas estrangeiras, de direito público, relativamente aos imóveis de sua propriedade, destinadas ao uso de sua missão diplomática ou consular;

III - os imóveis de propriedade de sociedades desportivas e culturais, cuja finalidade principal consista em proporcionar maior desenvolvimento físico e cultural de seus associados, exceto aqueles cujo valor de mercado do título patrimonial ou de direito de uso seja superior a 1.000 (mil) UFIR's;

IV - os imóveis das Federações e Confederações de sociedades referidas no inciso anterior;



V - as áreas que constituam reserva florestal, mata atlântica, área de preservação ambiental, definidas pelo Poder Público e as áreas com mais 10.000 (dez mil) metros quadrados, efetivamente ocupada por florestas;

VI - os imóveis de interesse histórico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística ou ambiental, assim reconhecidas pelo Poder Executivo, observada a legislação específica;

VII – entidades filantrópicas.

Art. 96 - As isenções a que se refere esta seção devem ser requeridas até a data de vencimento da primeira cota ou cota única de cada ano, sendo condição para sua concessão, que não haja débito de exercícios anteriores.

Parágrafo Único - Ao requerimento de isenção prevista no artigo 97, letra c, deverão ser anexados os seguintes documentos:

a) Certidão vintenária do RGI (Registro Geral de Imóveis) de Macaé, em nome do requerente onde se comprove a propriedade de um único imóvel;

b) comprovante de residência;

c) comprovante de rendimentos dos 03 (três) últimos meses

Art. 97 - Nos casos de imunidade condicionada, os documentos comprobatórios dessa condição deverão, de igual modo, ser apresentados até a data mencionada no artigo supra.

TÍTULO IX

INSCRIÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Art. 98 - Os imóveis localizados na zona urbana e de expansão urbana do Município de Macaé, ainda que isentos ou imunes ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, ficam obrigados à inscrição no Setor de Cadastro Municipal de Contribuintes da Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo Único - A inscrição no cadastro, além de obrigatória, deve ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título.

Art. 99 - O cadastro, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§ 1º - O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária ou quando ocorrer alterações em relação aos dados contidos no cadastro.

§ 2º - A inscrição será efetuada mediante de requerimento próprio, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formação da unidade imobiliária, ou da respectiva alteração.

§ 3º - A unidade imobiliária será cadastrada em função da testada principal, sendo esta considerada a da entrada principal do imóvel.

§ 4º - Tratando-se de imóvel não edificado, a inscrição cadastral tomará por base a testada voltada para o logradouro de maior valor.

Art. 100 - A inscrição no cadastro será promovida:

I - pelo proprietário, titular do domínio útil ou respectivos representantes legais, ou pelo possuidor a qualquer título;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;



III - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e fundacionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a inscrição ou atualização deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável às penalidades previstas.

Parágrafo Único - As modificações na titularidade de imóveis serão efetuadas mediante a exibição do título aquisitivo.

Art. 101 - O cadastro será atualizado permanentemente, sempre que se verificar quaisquer alterações que modifiquem a situação do imóvel.

§ 1º - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Administração Municipal, todas as ocorrências verificadas em relação ao imóvel que possam afetar as bases de cálculo para determinação dos tributos municipais.

§ 2º - Qualquer que seja a época em que se promovam as alterações cadastrais, em relação ao IPTU, só produzirão efeitos no exercício seguinte.

Art. 102 - Os proprietários de imóveis resultantes de desmembramento ou remembramento devem promover sua inscrição dentro de 30 (trinta) dias, contados da data do respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo Único - Na Hipótese de áreas loteadas, o desdobramento da inscrição só se efetivará com a apresentação, pelos proprietários do projeto de loteamento aprovado pelo órgão competente.

Art. 103 - No caso de imóveis próprios federais, estaduais ou municipais, a inscrição deverá ser feita pelas repartições incumbidas de sua guarda ou administração.

Art. 104 - Os prédios não legalizados poderão, a critério da Administração Municipal, ser inscritos para fins de lançamento e cobrança do IPTU.

Art. 105 - A repartição competente do Município poderá, a qualquer tempo, efetivar a inscrição “ex-officio” de imóveis, desde que apurados devidamente os elementos necessários para esse fim.

Art. 106 - Os oficiais do registro de imóveis e os Cartórios de Notas deste Município deverão remeter até o último dia útil do mês subsequente à Secretaria de Fazenda do Município, relação discriminada com todos os elementos exigidos e que se referiam a todos e quaisquer atos suscetíveis de alteração da situação jurídica dos imóveis que tiverem sido objeto de registro ou averbação no mês anterior.

Art. 107 - Compete ao Secretário Municipal de Fazenda comunicar a Corregedoria do Estado a inobservância pelos oficiais do registro de imóveis e do Cartório de Notas do disposto nos incisos II e III do artigo 25 e do constante no artigo 109, todos desta lei.

TÍTULO X

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 108 - O Imposto Predial e Territorial Urbano não pago na data de seu vencimento, será automaticamente inscrito na Dívida Ativa do Município, com suas cominações legais.

LIVRO SEGUNDO

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TÍTULO I

FATO GERADOR



Art. 109 - O imposto sobre Transmissão “Inter-Vivos” ITBI - tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

Parágrafo Único - O imposto de que trata o “caput” deste artigo incidirá sobre:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física como definido na lei civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 110 - A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

II - dação em pagamento;

III - permuta;

IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça, bem como as respectivas cessões de direitos;

V - transferências de imóvel ou direito a ele relativo do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um dos sócios, acionista ou respectivo sucessor e vice-versa, ainda que para realização de capital;

VI - tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de sucessão “causa-mortis” ou dissolução da sociedade conjugal, quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;

VII - mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, com poderes equivalentes para transmissão de bem imóvel ou de direito a ele relativo;

VIII - instituição de fideicomisso;

IX - enfiteuse e subenfiteuse;

X - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

XI - concessão real de uso;

XII - cessão de direitos de usufruto;

XIII - cessão de direitos ao usucapião;

XIV - cessão de direitos do arrematamento ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XV - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XVI - acessão física quando houver pagamento de indenização;

XVII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XVIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial “inter-vivos” não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XIX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

XX - transferência de direito sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

XXI - cessão de direito a herança ou legado;

XXII - cessão de direito de opção de venda desde que o optante tenha direito a diferença de preço e não simplesmente a comissão;

§ 1º - Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda.

§ 2º - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;



II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situado fora do território do Município;
III - a transação que seja reconhecida de Direito e que implique transmissão de imóvel ou de direitos a eles relativos.

TÍTULO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 111 - O contribuinte do ITBI é o adquirente ou cessionário do bem ou direito.
Parágrafo Único - Nas permutas, cada permutante pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido.

TÍTULO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 112 - A base de cálculo do imposto é o valor venal de mercado dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Parágrafo Único - Caso o valor da transmissão ou cessão declarado pelo sujeito passivo, seja maior do que o valor venal, a base de cálculo do imposto será o primeiro.

Art. 113 - A alíquota do ITBI incide na forma seguinte:

I - nas transmissões de imóvel adquirido pelo sistema financeiro de habitação, será aplicada a alíquota de 0,5% (meio por cento) sobre a parte financiada, e mais 2% (dois por cento) sobre a parte não financiada;
II - as demais transmissões sofrerão a incidência de alíquota de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Na avaliação serão consideradas, entre outros, os seguintes elementos, quanto ao imóvel:

- I - forma, dimensões e utilidades;
- II - localização;
- III - estado de conservação;
- IV - valores de áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalente;
- V - valores aferidos no mercado imobiliário;
- VI - outros elementos que possam auxiliar na avaliação.

TÍTULO IV

LANÇAMENTO

Art. 114 - O lançamento será feito através de documentos próprios como dispuser o regulamento, com base no valor venal de mercado.

TÍTULO V

PAGAMENTO

Art. 115 - O ITBI será pago até a data da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular, exceto nos seguintes casos:



I - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da assembléia;

II - na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

III - na acessão física, até a data do pagamento da indenização;

IV - nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 116 - Nas promessas ou compromissos de compra e venda, por instrumento particular, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço total do imóvel.

§ 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor, verificando no momento da escritura definitiva.

§ 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art. 117- Nas transações em que sejam adquirentes ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão expedida pela autoridade fiscal.

Art. 118 - Não se restituirá o ITBI pago:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrendimento, não sendo em consequência, lavrada a escritura;

II - àquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

Art. 119 - O ITBI, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I - anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no artigo 1.136 do Código Civil.

Art. 120 - Será autorizada pelo órgão fiscal competente a guia para o pagamento do imposto, conforme dispuser o regulamento.

TÍTULO VI

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 121- Respondem solidariamente pelo pagamento do ITBI:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados, em razão de seu ofício, ou às omissões pelas quais forem responsáveis.

Art. 122 - A prova do pagamento do ITBI deverá ser exigida pelos tabeliães, escrivães e oficiais do registro de imóveis, a fim de serem lavrados, registrados, averbados e inscritos nos atos e termos a seu cargo.

TÍTULO VII



IMUNIDADE

Art. 123 - São imunes ao imposto sobre Transferência de Bens Imóveis, os imóveis pertencentes ao patrimônio:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, exceto quando se tratar de atividades econômicas regidas pelas normas aplicadas em empreendimentos privados ou que haja contra-prestação de preços e tarifas pelo usuário;

II - das autarquias, empresas públicas e fundações criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, somente quando utilizadas em suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III - dos partidos políticos, das instituições de educação e/ou assistência social, exclusivamente quando utilizados nos seus objetivos institucionais, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos e observados os requisitos fixados em Lei;

IV - das entidades religiosas, no tocante aos templos de qualquer culto.

TÍTULO VIII

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 124 - O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição fiscal competente os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 125 - Não poderão ser lavrados e registrados quaisquer instrumentos e escrituras, sem que o imposto devido tenha sido pago.

§ 1º - Os tabeliães que tiverem de lavrar instrumentos translativos de bens ou direitos sobre imóveis a qualquer título, por ato oneroso, deverão exigir que lhes seja apresentado o comprovante do pagamento do ITBI e, nos casos de imunidade, isenção e não incidência, o competente certificado declaratório do reconhecimento do favor fiscal, o qual será transcrito nos respectivos instrumentos.

§ 2º - O reconhecimento da imunidade, isenção e não incidência será apurado em processo, mediante requerimento do interessado dirigido ao Secretário Municipal de Fazenda que decidirá e mandará expedir, se for o caso, o respectivo certificado declaratório.

§ 3º - Os oficiais do registro de imóveis não poderão proceder ao registro ou averbação de atos, instrumentos ou títulos traslativos de bens imóveis, sem que neles haja menção expressa de que o imposto tenha sido pago ou reconhecida a sua imunidade, isenção ou não incidência pela autoridade fiscal competente.

§ 4º - Na hipótese de registro de cartas adjudicação e formais de partilha, os oficiais do registro de imóveis deverão verificar se o pagamento do ITBI se acha transcrito nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais de cessão e transferência de meação ou direitos hereditários nas tornas ou reposições, bem como nos de arrematação ou adjudicação de bens imóveis em leilão, hasta pública ou praça.

Art. 126 - Os escrivães deverão transcrever os elementos que comprovem o pagamento do ITBI devido em quaisquer atos e termos judiciais.

Parágrafo Único - Deverão ser remetidos pelos escrivães à Fazenda Municipal para exame e lançamento:

I - os processos em que, na partilha em sucessão “causa mortis” ou em dissolução de sociedade conjugal, seja atribuído ao cônjuge meeiro ou ao herdeiro bem ou direito em excesso;

II - os processos em que haja arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça, bem como cessões de direito que tenham como abjeto bem imóvel ou direito a ele relativo;

III - os processos em que haja tornas ou reposições decorrentes do recebimento de cota-parte de valor superior ao da meação ou do quinhão, relativamente a imóveis situados neste Município;



IV - os processos em que haja tornas ou reposições decorrentes do recebimento pelo condômino de cota-parte material de valor maior ao da sua cota-parte ideal, nas divisões para extinção de condomínio de imóvel situado neste Município;

V - quaisquer outros processos nos quais se faça a necessária intervenção da Fazenda Municipal para evitar-se a evasão do imposto de transmissão.

TÍTULO IX

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 127 - As infrações serão penalizadas com as seguintes multas:

I - falta de pagamento, total ou parcial, apurado por procedimento fiscal;
multa: 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto devido;

II - omissão ou inexatidão de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto;

multa: 100% (cem por cento) do valor do imposto que deixou de ser pago.

Art. 128 - A reincidência da infração será punida com multa em dobro e, a cada repetição subsequente, aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor.

LIVRO TERCEIRO

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

TÍTULO I

FATO GERADOR E ALÍQUOTAS

Art. 129- O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista abaixo, com as indicações das respectivas alíquotas:

1- Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres; Alíquota de 4%

2 - hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatorios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso, de recuperação e congêneres; Alíquota de 4%

3 - bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres; Alíquota de 4%

4 - enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária); Alíquota de 4%

5 - assistência médica e congêneres, previstos nos incisos I, II e III desta lista, prestados através de planos de medicina em grupos e convênios, inclusive com empresas, para assistência a empregados; Alíquota de 4%

6 - planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no inciso V desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano; Alíquota de 4%

7 - médicos veterinários; Alíquota de 4%

8 - hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres; Alíquota de 4%

9 - guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais; Alíquota de 4%

10 - barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres; Alíquota de 4%

11 - banhos, duchas, sauna, massagem, ginásticas e congêneres; Alíquota de 4%



- 12 - varrição, coleta, remoção e incineração de lixo; Alíquota de 4%
- 13 - limpeza de dragagem de portos, rios e canais; Alíquota de 2%
- 14 - limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins; Alíquota de 4%
- 15 - desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres; Alíquota de 4%
- 16 - controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos; Alíquota de 4%
- 17 - incineração de resíduos quaisquer; Alíquota de 4%
- 18 - limpeza de chaminés; Alíquota de 4%
- 19 - saneamento ambiental e congêneres; Alíquota de 3%
- 20 - assistência técnica; Alíquota de 4%
- 21 - assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros incisos desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa; Alíquota de 4%
- 22 - planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa; Alíquota de 4.
- 23 - análise, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza; Alíquota de 4%
- 24 - contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnica em contabilidade e congêneres; Alíquota de 4%
- 25 - perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas; Alíquota de 4%
- 26 - traduções e interpretações; Alíquota de 4%
- 27 - avaliação de bens; Alíquota de 4%
- 28 - datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres; Alíquota de 4%
- 29 - projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza; Alíquota de 4%
- 30 - aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia; Alíquota de 4%
- 31 - execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota 1%
- 32 - demolição; Alíquota de 1%
- 33 - reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota de 1%
- 34 - pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação, relativamente à petróleo e gás natural; Alíquota de 1%
- 35 - outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural; Alíquota de 1%
- 36 - florestamento e reflorestamento; Alíquota de 4%
- 37 - escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres; Alíquota de 4%
- 38 - paisagismo, jardinagem e decoração, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota de 4%
- 39 - raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias; Alíquota de 4%
- 40 - ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer grau ou natureza; Alíquota de 3%
- 41 - planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres; Alíquota de 4%
- 42 - organização de festas e recepções: “buffet”, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota de 4%
- 43 - administração de bens e negócios de terceiros e consórcios; Alíquota de 4%
- 44 - administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central); Alíquota de 4%
- 45 - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada; Alíquota de 4%
- 46 - agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central); Alíquota de 4%
- 47 - agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária; Alíquota de 4%



48 - agenciamento, corretagem ou intermediação de contrato de franquia (“franchise”) e de faturação (“factoring”) (executam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central); Alíquota de 4%

49 - agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres; Alíquota de 4%

50 - agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos incisos 45, 46, 47 e 48; Alíquota de 4%

51 - despachantes; Alíquota de 4%

52 - agentes da propriedades industrial; Alíquota de 4%

53 - agentes da propriedades artística ou literária; Alíquota de 4%

54 - leilão; Alíquota de 4%

55 - regulação dos sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de risco para cobertura de contrato de seguro; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro; Alíquota de 4%

56 - armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central); Alíquota de 4%

57 - guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres; Alíquota de 4%

58 - vigilância ou segurança de pessoas e bens; Alíquota de 4%

59 - transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do município; Alíquota de 4%

60 - diversões públicas; Alíquota de 6%

a - cinema, auditório, parques de diversões, “taxi dancing” e congêneres;

b - bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;

c - exposições, com cobrança de ingresso;

d - bailes, “shows”, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;

e - jogos eletrônicos;

f - competições esportivas ou de destreza física ou intelectual com ou sem participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;

g - execução de música, individualmente ou por conjuntos;

61 - distribuição e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios; Alíquota de 4%

62 - fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão); Alíquota de 4%

63 - gravação e distribuição de filmes e “vídeo-tapes”; Alíquota de 4.

64 - fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora; Alíquota de 4%

65 - fotografia e cinematografia, inclusive a revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem; Alíquota de 4%

66 - produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres; Alíquota de 4%

67 - colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço; Alíquota de 4%

68 - lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota de 4%

69 - conserto restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota de 4%

70 - recondicionamento de motores, sobre o valor da nota fiscal emitida; Alíquota de 4%

71 - recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final; Alíquota de 4%

72 - recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização; Alíquota de 4%

73 - lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado; Alíquota de 4%

74 - instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido; Alíquota de 4%

75 - montagem industrial, prestado ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido; Alíquota de 4%



- 76 - cópiagem ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos; Alíquota de 4%
- 77 - composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia; Alíquota de 4%
- 78 - colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres; Alíquota de 4%
- 79 - locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil; Alíquota de 4%
- 80 - funerais; Alíquota de 4%
- 81 - alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento; Alíquota de 4%
- 82 - tinturaria e lavanderia; Alíquota de 4%
- 83 - taxidermia; Alíquota de 4%
- 84 - recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados; Alíquota de 4%
- 85 - propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação); Alíquota de 4%
- 86 - veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão); Alíquota de 4%
- 87 - serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços acessórios; movimentação de mercadorias fora do cais; Alíquota de 4%
- 88 - advogados; Alíquota de 4%
- 89 - engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos; Alíquota de 4%
- 90 - dentistas; Alíquota de 4%
- 91 - economistas; Alíquota de 4%
- 92 - psicólogos; Alíquota de 4%
- 93 - assistentes sociais; Alíquota de 4%
- 94 - relações públicas; Alíquota de 4%
- 95 - cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protesto, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos de cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central); Alíquota de 4%
- 96 - instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; fornecimento de talão de cheque; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de conta; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços); Alíquota de 4%
- 97 - transporte de natureza estritamente municipal; Alíquota de 4%
- 98 - comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do município; Alíquota de 4%
- 99 - hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto sobre serviço); Alíquota de 4%
- 100 - distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza; Alíquota de 4%

§ 1º - Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos, apenas, ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 2º - Quando o fornecimento de mercadorias incluir a prestação de serviços especificados na lista deste artigo, será devido o ISSQN sobre o valor cobrado pela execução dos serviços.

Art. 130 - A incidência do imposto independe:

I - da existência do estabelecimento fixo;



II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do recebimento do serviço prestado ou qualquer outra condição, relativo a forma de sua remuneração;

IV - da destinação dos serviços;

V - da habitualidade da prestação de serviço;

VI - do resultado financeiro obtido.

Art. 131 - Considera-se estabelecimento:

I - o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades econômicas ou sociais, sendo irrelevante para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II - o local onde forem exercidas as atividades de diversão pública de natureza itinerante;

III - a residência da pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício da atividade profissional.

Art. 132 - A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção parcial ou total dos seguintes elementos:

a) manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;

b) estrutura organizacional e administrativa;

c) inscrição nos órgãos públicos;

d) indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos, e/ou do constante nos registros obrigatórios em órgãos federais ou estaduais;

e) permanência ou ânimo de permanecer no local para exploração econômica exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação de imóvel, propaganda e publicidade ou em contas de telefone, fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

Art. 133 - Considerar-se-á devido imposto nesse Município, nos seguintes casos:

I - quando prestador de serviço possuir estabelecimento, seja sede, filial, agência, sucursal, ou escritório ou na falta desses seja nele domiciliado;

II - quando o prestador de serviço, embora autônomo, ainda que nele não domiciliado, venha exercer atividades no território do Município de Macaé, em caráter permanente;

III - quando os serviços prestados no território do Município forem de construção civil, ainda que o prestador não seja estabelecido no Município;

IV - quando os serviços forem prestados na plataforma continental e no mar territorial, considerados zona econômica exclusiva do Município.

Art. 134 - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a definir, por Decreto, os serviços considerados de construção civil.

Art. 135 - O enquadramento dos serviços no item 35 da lista do artigo 129 deste Código, far-se-á por exclusão, ou seja, serão enquadrados neste item somente os serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural que não se enquadrarem em nenhum outro item da referida lista.

Art. 136 - A título de incentivo fiscal, fica concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o ISSQN devido por toda pessoa física ou jurídica que, comprovadamente, preste serviços para a PETROBRAS S/A ou empresas congêneres, ainda que através de sub-empregada

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo os serviços descritos nos itens 13, 31, 32, 33, 34, e 35 da lista contida no artigo 129.

Art. 137 - A comprovação mencionada no artigo 136, será feita através da apresentação do contrato de prestação de serviços ou de declaração específica da tomadora dos serviços.



Art. 138 - Qualquer das atividades elencadas nos itens 34 e 35 da lista de serviço, ou todas em conjunto exploradas por qualquer outra empresa, mediante Contratos de Risco, estará presente o fato gerador do ISSQN.

Art. 139 - A circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento originário, não o descaracteriza como estabelecimento.

Art. 140 - Considera-se ocorrido o Fato Gerador, na conclusão dos serviços contratados ou, ao final de cada etapa, quando for o caso.

TÍTULO II

SUJEITO PASIVO

Art. 141 - Contribuinte do ISSQN é o prestador do serviço efetivamente realizado, em caráter oneroso, por pessoa física ou jurídica, que exerça, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, quaisquer atividades da lista de serviços contida nesta Lei.

Art. 142 - Para os efeitos deste imposto considera-se contribuinte ou responsável:

- I - Pessoa Física - pessoa natural ou individual;
- II - Pessoa Jurídica - pessoa coletiva com capacidade para exercer direitos e contrair obrigações;
- III - Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviços, inclusive firma individual da mesma natureza;
- IV - Profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço, com o auxílio de no máximo 1 (um) empregado que não possua a mesma habilitação do empregador;
- V - Profissional Liberal - profissional prestador de serviços de forma autônoma, com formação de nível superior ou a este equiparado;
- VI - Sociedade de Prestação de Serviços Uniprofissionais - Sociedade Civil de Trabalho uniprofissional, de caráter especializado, organizado exclusivamente por pessoas físicas habilitadas para a prestação de serviços, sejam sócios, empregados ou não, mas que prestem serviços em nome da sociedade e que tenham o seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe. Não desqualifica nem descaracteriza a sociedade a contratação de até 02 (dois) empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes da essência do serviço;
- VII - Integrante da Sociedade de Profissionais - é o profissional liberal, devidamente habilitado, seja na condição de sócio ou de empregado da sociedade prestadora de serviços profissionais;
- VIII - Trabalhador Avulso - aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;
- IX - Trabalho Pessoal - é aquele, material e intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física ou integrante de sociedade de profissionais.

Parágrafo Único - Para fins de incidência do ISSQN equipara-se à pessoa jurídica o profissional autônomo que utilizar mais de 01 (um) empregado, a qualquer título que seja, na execução direta dos serviços por ele prestados.

TÍTULO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 143 - A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo o tipo do serviço prestado.

Parágrafo Único - Caso não se possa determinar o preço do Serviço será ele fixado mediante estimativa.



Art. 144 - Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções.

§ 1º - O imposto será devido tomando-se como data-base a da conclusão dos serviços contratados, independentemente do recebimento do preço. Entretanto, caso ocorra atraso no recebimento do preço do serviço, e este venha a gerar atualização monetária sobre o valor contratado, sobre este valor recebido à título de atualização monetária, não incidirá o ISSQN.

§ 2º - Considera-se preço de serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da sua prestação, inclusive reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, seja na conta ou não.

§ 3º - Incorporam-se ao preço do serviço os valores relativos a acréscimos de serviços e reajustamento no preço de qualquer natureza ainda que de responsabilidade de terceiros.

§ 4º - Quando a contraprestação se verificar através de serviço ou seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço, para base do cálculo do imposto, será o preço corrente na praça.

§ 5º - Para fins de determinação da base de cálculo serão considerados somente os descontos ou abatimentos prévia e expressamente contratados e que possam comprovadamente ser apresentados ao Fisco Municipal, e que estejam previstos nesta Lei.

§ 6º - No caso de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade, inclui-se na base de cálculo o ônus relativo à concessão do crédito, ainda que cobrado em separado.

§ 7º - Tratando-se de diversões públicas, será tolerada para fins de exclusão da incidência do imposto a distribuição de ingressos a título de cortesia, até o limite de 5% (cinco por cento) do total dos ingressos efetivamente vendidos.

§ 8º - Quando os serviços forem prestados sob regime de administração, a base de cálculo incluirá, além dos honorários do prestador, as despesas gerais de administração, bem como as de mão de obra, encargos sociais ou reajustamentos, ainda que tais despesas sejam de responsabilidade de terceiros.

§ 9º - Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo é o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo a cota de construção.

§ 10 - Quando não forem especificados nos contratos os preços das frações ideais de terrenos e das cotas de construção, o valor dos serviços será calculado tomando-se por base os valores de m2 (metro quadrado) de construção, divulgados por revistas especializadas.

Art. 145 - O valor do serviço para efeito de apuração da base de cálculo será obtido pela receita mensal do contribuinte, quando se tratar de serviços prestados por empresas.

Art. 146 - Quando a prestação de serviços pelo profissional autônomo não ocorrer sob forma de trabalho pessoal e, verificada a sua equiparação às empresas, o imposto terá como base de cálculo o preço do serviço, aplicando-se a alíquota fixada para a atividade exercida.

Art. 147 - Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 7, 24, 51, 88, 89, 90, 91, 92 e 93 da lista constante do artigo 129 desta lei forem prestados por sociedades civis de profissionais, o imposto será devido pela sociedade, em relação a cada profissional sócio habilitado, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica às sociedades em que exista:

I - sócio de diferente habilitação profissional;



- II - sócio pessoa jurídica;
- III - mais de 01 (um) empregado profissionalmente não habilitado ao exercício da atividade correspondente aos serviços prestados pela sociedade;
- IV - atividade de natureza comercial;
- V - atividade diversa da habilitação profissional do sócio.

§ 2º - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no parágrafo anterior, a sociedade pagará o imposto tomando como base de cálculo o preço cobrado pela execução dos serviços.

Art. 148 - Tratando-se da atividade do item 60, alínea “b” constante no artigo 129, relativa a realização de bingos beneficentes, o imposto ficará reduzido para a alíquota de 3% (três por cento).

Art. 149 - Quando no local do estabelecimento prestador de serviços, em seus depósitos ou em outras dependências, forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, as atividades serão tributadas com as diferentes alíquotas em relação a cada uma delas.

Parágrafo Único - Caso a escrita não discrimine as operações por atividade, ficarão as mesmas, em sua totalidade, sujeita à alíquota mais elevada ou será calculada sobre o movimento econômico total.

Art. 150 - Tratando-se de trabalhador autônomo que exerça mais de uma atividade constante na lista de serviços, o imposto será devido por cada atividade.

Art. 151 - O imposto será calculado na forma seguinte:

I - quando a base de cálculo for o preço do serviço, serão aplicadas as alíquotas determinadas na tabela constante do artigo 129 desta lei;

II - nas incorporações imobiliárias será efetuado:

a - durante a construção, pela integração ao movimento econômico do Registro de Apuração do ISSQN para Construção Civil (RAPIS), de base de cálculo mensal apurada através do Registro Auxiliar das Incorporações Imobiliárias (RADI).

b - quando da concessão de “habite-se”, pela integração ao movimento econômico na forma da alínea anterior, observados, em ambos os casos, o que dispuser nesta lei e seu regulamento.

TÍTULO IV

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA - TRABALHO PESSOAL

Art. 152 - A base de cálculo do imposto sobre os serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte estabelecido ou não e que execute serviços previstos na Lista de Serviços contida no artigo 129, será determinada, aplicando-se o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, conforme tabela abaixo:

I - Titulados por estabelecimento de ensino de nível superior, pela prestação de serviços sobre a forma de trabalho pessoal do contribuinte: 420 UFIR's por ano

II - Titulados por estabelecimento de ensino de nível técnico
sob a forma de trabalho pessoal:..... 240 UFIR's por ano

III - Agentes, Representantes, Despachantes, corretores e
Intermediários, sob a forma de trabalho pessoal:.....360 UFIR's por ano

IV - Profissional autônomo de nível elementar:.....120 UFIR's por ano

V – Profissional Autônomo de Nível Médio: 200 UFIR's por ano

VI – Profissional Autônomo de Nível Superior: 450 UFIR's por ano

Parágrafo Único - Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I - por firmas individuais;

II - em caráter permanente, sujeito a normas do tomador do Serviço, ainda que por trabalhador autônomo.

Art. 153 - O imposto a que se refere o art.152 é devido anualmente podendo ser pago em cota única dentro do exercício a que se referir com desconto sobre o total do seu valor principal ou parceladamente.



Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo definirá, a cada exercício, através de Decretos, a quantidade de parcelas, as datas de vencimento de cada uma delas, assim como a data de vencimento da cota única, e o percentual de desconto a ser aplicado, no caso de pagamento integral.

TÍTULO VI

BASE DE CÁLCULO E INCIDÊNCIA - ATIVIDADES DIVERSAS

Art. 154 - O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Art. 155 - Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 156 - Quando a prestação do serviço for subdividida, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade no preço do serviço.

Art. 157 - A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 158 - As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

CAPÍTULO I

HOSPITAIS, SANATÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO SOCORROS, CASAS DE SAÚDE E DE REPOUSO, CLÍNICA, POLICLÍNICA, MATERNIDADES E CONGÊNERES

Art. 159 - Os hospitais, sanatórios, ambulatorios, pronto socorros, casa de saúde e de repouso, clínicas, policlínicas, maternidade e congênere, terão o imposto calculado sobre a receita bruta ou movimento econômico resultante da prestação de serviços próprios e correlatos, inclusive o valor da alimentação e dos medicamentos.

Parágrafo Único - São considerados serviços correlatos, os curativos e as aplicações de injeções, nebulizações, tratamentos corretivos e recuperacionais, efetuados no estabelecimento prestador de serviço ou à domicílio.

CAPÍTULO II

HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES, HOSPEDARIAS. POUSADAS, DORMITÓRIOS, CASA DE CÔMODOS, "CAMPING" E CONGÊNERES

Art. 160 - O imposto incidente sobre hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, dormitórios, casa de cômodo, "camping" e congêneres, será calculado sobre o preço da hospedagem acrescido do valor da alimentação desde que incluído no preço da diária ou da mensalidade.

CAPÍTULO III

TURISMO



Art. 161 - São considerados serviços de turismo para os fins previstos nesta lei:

- I - agenciamento ou venda de passagens aéreas, marítimas, fluviais e lacustres;
- II - reserva de acomodação em hotéis e estabelecimento similares no país e no exterior;
- III - organização de viagens, peregrinações, excursões e passeios, dentro e fora do país;
- IV - prestação de serviço especializado inclusive fornecimento de guias e intérpretes;
- V - emissão de cupons de serviços turísticos;
- VI - legalização de documentos de qualquer natureza para viajantes, inclusive serviços de despachantes;
- VII - venda ou reserva de ingressos para espetáculos públicos esportivos ou artístico;
- VIII - exploração de serviços de transportes turísticos por conta própria ou de terceiros;
- IX - outros serviços prestados por agências de turismo.

Parágrafo Único - Considera-se serviço de turismo, aquele efetuado por empresas registradas ou não nos órgãos de turismo, visando à exploração da atividade executada para fins de excursões, passeios, traslados ou viagens de grupos sociais, por conta própria ou através de agências, desde que caracterizada sua finalidade turística.

Art. 162 - A base de cálculo do imposto incluirá todas as receitas auferidas pelo prestador de serviços, inclusive:

- I - as decorrentes de diferenças entre os valores cobrados do usuário e os valores efetivos dos serviços agenciados “over-price”;
- II - as passagens e hospedagens concedidas gratuitamente às empresas de turismo, quando negociadas com terceiros.

Art. 163 - São indedutíveis quaisquer despesas, tais como as de financiamento e de operações, as passagens e hospedagens dos guias e intérpretes, as comissões pagas a terceiro, as efetivadas com ônibus turístico, restaurantes, hotéis e outros.

CAPÍTULO IV

DIVERSÕES PÚBLICAS

Art. 164 - A base de cálculo do imposto incidente sobre diversões públicas se dará da seguinte forma:

- I - cinemas, auditórios, parques de diversões - o preço do ingresso, bilhete ou convite;
- II - bilhares, boliches e outros jogos permitidos - o preço cobrado pela admissão ao jogo;
- III - bailes e “shows” - o preço do ingresso, reserva de mesa ou “couvert” artístico;
- IV - competições esportivas de natureza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de rádio ou televisão - o preço do ingresso ou da admissão ao espetáculo;
- V - execução ou fornecimento de música por qualquer processo - o valor da ficha ou talão, ou da admissão ao espetáculo e na falta deste, o preço do contrato pela execução ou fornecimento da música;
- VI - “dancing” - o preço do ingresso ou participação;
- VII - apresentação de peças teatrais, música popular, concertos e recitais de música erudita, espetáculos folclóricos e populares realizado em caráter temporário - o preço do ingresso, bilhete ou convite;
- VIII - espetáculo desportivo - o preço do ingresso.

Art. 165 - Os empresários, proprietários, arrendatários, cessionários ou quem quer que seja responsável, individual ou coletivamente, por qualquer casa de divertimento público acessível mediante pagamento, são obrigados a fornecer bilhete, ingresso ou entrada individual ou coletiva, aos espectadores ou freqüentadores, sem exceção.

Art. 166 - Os documentos só terão valor quando cancelados em via única pelo órgão competente da Secretaria de Fazenda, exceto bilhetes modelo único obrigatoriamente adotados pelos cinemas por exigência do Instituto Nacional do Cinema (INC).



Art. 167 - Cada ingresso deverá ser destacado, em rigorosa seqüência numérica, no ato da venda, pelo encarregado da bilheteria.

Art. 168 - Os divertimentos tais como bilhar, tiro ao alvo, autorama e outros assemelhados, que não emitam bilhete, ingresso ou admissão, serão lançados, mensalmente, de acordo com a receita bruta estimada

Art. 169 - A critério do Secretário Municipal de Fazenda, o imposto incidente sobre os espetáculos avulsos poderá ser estimado.

Parágrafo Único - Entende-se por espetáculos avulsos as exhibições esporádicas de sessões cinematográficas, teatrais “shows”, festivais, bailes, recitais ou congêneres, assim como temporadas circenses e de parques de diversões.

Art. 170 - O proprietário de local alugado para realização de espetáculos avulsos é obrigado a exigir do responsável ou patrocinador de tais divertimentos a comprovação do pagamento do Imposto.

Parágrafo Único - Realizado qualquer espetáculo sem o cumprimento da obrigação tributária, ficará o proprietário do local onde se verificou a exibição, responsável perante a Fazenda Pública Municipal pelo pagamento do tributo devido.

CAPÍTULO V

ENSINO

Art. 171 - A base de cálculo do imposto devido pelos serviços de ensino compõem-se:

- I - das anuidades, mensalidades, inclusive as taxas de inscrição e/ou matrículas;
- II - da receita oriunda dos transportes de alunos;
- III - de outras receitas obtidas e consideradas pelo fisco como tributáveis.

CAPÍTULO VI

RECAUCHUTAGEM E REGENERAÇÃO DE PNEUMÁTICOS

Art. 172 - O imposto sobre recauchutagem e regeneração de pneumáticos recai em qualquer etapa dos serviços, sejam estes destinados à comercialização ou ao tomador do serviço, por encomenda.

CAPÍTULO VII

REPRODUÇÃO DE MATRIZES, DESENHOS E TEXTOS

Art. 173 - Nos serviços de reprodução de matrizes, desenhos e textos por qualquer processo, o imposto será devido pelo estabelecimento prestador do serviço, ou profissional autônomo, conforme o caso.

Parágrafo Único - Considera-se estabelecimento prestador, no caso de utilização de máquinas copiadoras, aquele onde as mesmas estiverem instaladas.

CAPÍTULO VIII

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO GRÁFICA

Art. 174 - O imposto incide sobre a prestação dos seguintes serviços, relacionados com o ramo das artes gráficas:



- impressão;
- I - composição gráfica, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia e outras matrizes de impressão;
- II - encadernação de livros e revistas;
- III - impressão gráfica em geral, com matéria-prima fornecida pelo encomendante ou adquirida de terceiros;
- IV - acabamento gráfico.

Parágrafo Único - Não está sujeita à incidência do imposto sobre serviços a produção gráfica própria em geral.

CAPÍTULO IX

TRANSPORTE

Art. 175 - Estão sujeitos à incidência do imposto calculado sobre o preço da atividade desenvolvida, os seguintes serviços de transporte:

I - coletivo de passageiros e de cargas, que é realizado ou não em regime de autorização, a título precário, concessão ou permissão do poder competente, cujo trajeto esteja contido nos limites geográficos do Município;

II - individual de pessoas, de cargas e valores, que é realizado em decorrência de livre acordo ou contrato entre o transportador e o interessado, de natureza municipal ou intermunicipal, desde que o transportador esteja estabelecido no território de Macaé.

Parágrafo Único - É vedado às empresas que explorem os serviços de transportes deduzir do movimento econômico os pagamentos efetuados a terceiros, a qualquer título.

CAPÍTULO X

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Art. 176 - Considera-se agência de Publicidade e Propaganda a pessoa jurídica especializada nos métodos, na arte e na técnica publicitária, que estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de mercadorias, produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições a que servem.

Art. 177 - Nos serviços de publicidade e propaganda, a base de cálculo compreenderá:

- I - o valor das comissões e honorários relativos à veiculação;
- II - o preço relativo aos serviços de concepção, redação, produção e idealização;
- III - a taxa de agenciamento cobrada dos clientes;
- IV - o preço dos serviços especiais executados, tais como pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados à atividade.

CAPÍTULO XI

LOTERIA - JOGOS

Art. 178 - Nos serviços de distribuição e venda de bilhetes, loterias esportivas e de números, a base de cálculo será o valor das comissões ou vantagens auferidas pelo prestador do serviço.

CAPÍTULO XII

CORRETAGEM



Art. 179 - Compreende-se como corretagem, a intermediação de operações com seguros, capitalização, câmbio, valores, bens móveis e imóveis, inclusive o agenciamento de cargas e de navios efetuado por agências de navegação e respectiva interveniência na contratação de mão-de-obra para estiva.

Parágrafo Único - O imposto incide sobre todas as comissões recebidas ou creditadas no mês, inclusive sobre aquelas auferidas por sócios ou dirigentes das empresas.

CAPÍTULO XIII

AGENCIAMENTO FUNERÁRIO

Art. 180 - O imposto devido pelo agenciamento funerário tem como base de cálculo a receita bruta proveniente:

- I - do fornecimento de urnas, caixões, coroas e paramentos;
- II - do fornecimento de flores;
- III - do aluguel de capelas;
- IV - do transporte;
- V - das despesas relativas a cartórios e cemitérios;
- VI - do fornecimento de outros artigos funerários ou de despesas diversas.

Parágrafo Único - Nos casos de serviços prestados a consórcio ou similares, considera-se receita bruta, aquela oriunda dos valores recebidos a qualquer título.

CAPÍTULO XIV

ARRENDAMENTO MERCANTIL

Art. 181 - Considera-se “Leasing” a operação realizada entre pessoas jurídicas e ou físicas que tenham por objeto o arrendamento de bens com a opção de compra ao arrendatário, que neste caso poderá abater no preço final do bem, os valores pagos a título de aluguel.

Parágrafo Único - O imposto deverá se calculado ao final da operação ou do contrato, sobre todos os valores recebidos a título de, aluguéis, taxa de intermediação, de administração e de assistência técnica e, somente será devido, no caso de o arrendatário não ter exercido o direito de compra do bem.

CAPÍTULO XV

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 182 - Consideram-se tributáveis os seguintes serviços prestados por instituições financeiras:

- I - cobrança, inclusive do exterior e para o exterior;
- II - custódia de bens e valores;
- III - guarda de bens em cofres ou caixas fortes;
- IV - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e seguros;
- V - agenciamento de crédito e financiamento;
- VI - planejamento e assessoramento financeiro;
- VII - análise técnica ou econômico-financeira de projetos;
- VIII - fiscalização de projetos econômico-financeiros, vinculados ou não a operações de crédito ou financiamento;
- IX - auditoria e análise financeira;
- X - captação indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- XI - prestação de avais, fianças, endossos e aceites, desde que não vinculados a operações sujeitas ao Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros, Títulos e Valores Mobiliários (IOCS);



XII - serviços de expediente relativos a:

- a - transferência de fundos, inclusive do exterior para o exterior;
- b - resgate de títulos ou letras de responsabilidade de outras instituições;
- c - recebimentos a favor de terceiros de carnês, aluguéis, dividendos, impostos, taxas e outras obrigações;
- d - pagamento, por conta de terceiro, de benefícios, pensões, folhas de pagamento, títulos cambiais e outros direitos;
- e - confecção de fichas cadastrais;
- f - fornecimento de cheques de viagens, talões de cheques e cheques avulsos;
- g - fornecimento de segundas vias ou cópias de avisos de lançamento, documentos ou extrato de contas;
- h - visamento de cheques;
- i - acatamento de instruções de terceiros, inclusive para o cancelamento de cheques;
- j - confecção ou preenchimento de contratos, aditivos contratuais, guias ou quaisquer outros documentos;
- l - manutenção de contas inativas;
- m - informação cadastral sob a forma de atestados de idoneidade, relações, listas, etc;
- n - fornecimento inicial ou renovação de documentos de identificação de clientes da instituição, titulares ou não de direitos especiais, sob a forma de cartão de garantia, cartão de crédito, declarações, etc;
- o - inscrição, cancelamento, baixa ou substituição de mutuários ou de garantias, em operações de crédito ou financiamento;
- p - despachos, registros, baixas e procuratórios;

XIII - outros serviços eventualmente prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, com ressalva das hipóteses de não incidência, prevista na legislação.

§ 1º - Base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata esta Seção inclui:

- a - os valores cobrados a títulos de ressarcimento de despesas com impressão gráfica, cópias, correspondências, telecomunicações, ou serviços prestados por terceiros;
- b - os valores relativos ao ressarcimento de despesas de serviços, quando cobrados de coligadas, de controladas ou de outros departamentos da instituição;
- c - a remuneração pela devolução interna de documentos, quando constituir receita do estabelecimento localizado no Município;
- d - o valor da participação de estabelecimentos, localizados no Município, em receita de serviços obtidos pela Instituição como um todo.

§ 2º - A caracterização do fato gerador da obrigação tributária não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros de receita, mas de sua identificação com os serviços descritos.

§ 3º - As instituições financeiras instaladas no território do Município, obrigam-se a remeter mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente das operações realizadas, Mapa Contábil das receitas obtidas conforme o “caput” deste artigo, e a exibir à fiscalização fazendária sempre que solicitado, balanços analíticos ou sintéticos que contenham registradas estas operações financeiras, além de outros documentos que o Fisco julgar necessário.

CAPÍTULO XVI

CARTÃO DE CRÉDITO

Art. 183 - O imposto incidente sobre a prestação de serviços através de cartão de crédito será calculado sobre o movimento econômico resultante das receitas de:

- I - taxa de inscrição do usuário;
- II - taxa de renovação anual;
- III - taxa de filiação de estabelecimento;
- IV - taxa de alteração contratual;
- V - comissão recebida dos estabelecimentos filiados-lojistas-associados, a título de intermediação;
- VI - todas as demais taxas a título de administração e comissões a título de intermediação;



CAPÍTULO XVII

INSTITUIÇÕES SECURITÁRIAS

Art. 184 - O imposto incide sobre:

- I - o expediente relativo à expedição de apólices;
- II - a taxa de coordenação, recebida pela seguradora, decorrente da liderança em co-seguro e correspondente à diferença entre as comissões pagas ao corretor, excetuada a de responsabilidade da seguradora líder.

CAPÍTULO XVIII

AGENCIAMENTO

Art. 185 - O imposto incide sobre a receita bruta proveniente:

- I - de comissão de agenciamento fixada pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);
- II - da participação contratual da agência nos rendimentos anuais, obtidos pela respectiva representada.

CAPÍTULO XIX

CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 186 - É indispensável a exibição dos comprovantes de pagamento do imposto incidente sobre a obra:

- I - na expedição do “habite-se” ou “auto de vistoria”;
- II - no pagamento de obras contratadas com o Município.

Art. 187 – Para efeito de tributação o proprietário da obra funciona como contribuinte substituto, quando o mesmo não for o próprio construtor.

Art. 188 - O processo administrativo de concessão de “habite-se”, ou da reformas que alterem o projeto aprovado da obra, deverá ser instruído pela unidade competente, sob pena de responsabilidade funcional, com os seguintes elementos:

- I - identificação do construtor (Pessoas Físicas ou jurídicas);
- II - número de registro da obra ou número do livro ou ficha respectiva, quando houver;
- III - valor da obra e total do imposto pago;
- IV - data do pagamento do tributo e número da guia;
- V - número de inscrição do sujeito passivo no Cadastro de Atividades Econômicas.

TÍTULO VII

LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 189 - O lançamento será feito com base nos dados constantes do Cadastro Municipal de contribuintes e, de suas informações.

Parágrafo Único - O lançamento será feito:

- I - de ofício;



a - através de Auto de Infração, nos casos de aplicação de penalidades por descumprimento à legislação;

b) através de auto de constatação e notificação de lançamento nos casos de apuração através do fisco de Imposto não recolhido ou recolhido a menor;

c) - na hipótese de atividades sujeitas à tributação fixa.

II - por homologação, para os demais casos não incluídos no Inciso I.

Art. 190 – tanto o Auto de Infração quanto o Auto de Constatação e Notificação de Lançamento deverão ser protocolados no protocolo da SEMFAZ pelo servidor municipal autuante no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua lavratura.

Art. 191 - A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º - Quanto ao profissional Autônomo, o lançamento será feito “de ofício” com base nos dados cadastrais.

§ 2º - Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, a nível de subtítulo interno, padronizados quanto a nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central e constantes da Declaração de Serviços.

Art. 192 - Ressalvadas as hipóteses expressamente prevista nesta lei, o recolhimento do imposto sobre o movimento econômico, ocorrerá de acordo com o calendário fixado pelo Chefe do Poder Executivo, através de Decreto.

Art. 193 - Os tributos não pagos nos respectivos vencimentos, sofrerão os acréscimos determinados nesta Lei e, deverão ser calculados e lançados nas guias de recolhimento pelo próprio contribuinte ou instituição bancária autorizada.

Parágrafo Único - Os tributos e os acréscimos respectivos recolhidos a menor sujeitarão o contribuinte ao pagamento das diferenças, sem prejuízo de outras penalidades previstas nesta lei.

Art. 194 - Quando não houver receita tributável pelo ISSQN, o Contribuinte apresentará a Repartição Fazendária um documento de “Não Movimento Econômico”, em 2 (duas) vias a ser editado pelo Secretário Municipal de Fazenda que conterá:

I - a identificação do contribuinte;

II - a atividade exercida;

III - o número do cadastro municipal do contribuinte;

IV - a atividade exercida;

V - o mês e o ano da ocorrência do fato;

VI - a assinatura do responsável e o respectivo carimbo.

§ 1º - A apresentação do documento nos termos do artigo supra, far-se-á a cada vez que ocorrer o fato e será apresentado até a data prevista para o recolhimento do Imposto, estabelecido no Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais (CARTRIM).

§ 2º - O Fiscal de Plantão ou o Chefe da Fiscalização vizará as 02 (duas) vias do documento, devolvendo 01 (uma) via ao contribuinte para que o mesmo, após efetuar o lançamento no livro de ISSQN, archive-a junto as demais guias de recolhimento e enviando a outra via ao Departamento de Informática da SEMFAZ para que sejam processadas as devidas anotações.



Art. 195 - A repetição por 6 (seis) meses seguidos por parte do Contribuinte, da declaração de “não movimento econômico”, o colocará em regime especial de fiscalização conforme estabelecido neste código.

Parágrafo Único - A não observância por parte do contribuinte responsável ou substituto da forma estabelecida no artigo 194 e seus parágrafos desta lei, implicará na determinação do imposto devido através de processo de arbitramento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades prevista neste código.

Art. 196 - A empresa ou profissional autônomo que exercer mais de uma atividade relacionada na Lista de Serviços ficará sujeito:

I - ao imposto que incidir sobre cada uma delas de acordo com o artigo 149 desta lei;

II - a apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa mediante a aplicação para os diversos serviços da alíquota mais elevada.

Art. 197 - As guias de recolhimento, declaração e quaisquer outros documentos necessários ao pagamento do imposto obedecerão aos modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

TÍTULO VIII

NÃO INCIDÊNCIAS E IMUNIDADES

Art. 198 - O imposto não incide sobre:

I - os serviços prestados por:

a - empregados a seus respectivos empregadores;

b - servidores públicos aos órgãos públicos a que estiverem vinculados;

II - a remuneração de diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscais de sociedade;

III - os serviços prestados pelos trabalhadores avulsos, definidos em lei;

IV - livros jornais e periódicos, exceto os de caráter comercial;

V - sobre os serviços prestados pela União, Estados e Distrito Federal, bem como, autarquias e fundações desde que, instituídas e mantidas pelo Poder Público, relativamente aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes;

VI - sobre os serviços prestados pelos partidos políticos, inclusive suas fundações;

VII - sobre os serviços prestados pelas entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos desta lei.

TÍTULO IX

ISENÇÕES

Art. 199 - Desde que cumpridas as exigências de legislação, ficam isentos do imposto:

I - os profissionais ambulantes, jornaleiros e também os localizados em feiras-livres e cabeceiras de feiras;

II - as promoções de concertos, recitais, shows, festividades, exposições, quermesses e espetáculos similares, cujas receitas se destinem integralmente a fins assistências;

III - os músicos, artistas e técnicos de espetáculos;

IV - as comissões recebidas pelos distribuidores e vendedores, na venda de livros, jornais e periódicos;

V - os serviços de exibição de filmes cinematográficos em salas ocupadas por entidades brasileiras sem fins lucrativos;



VI - os serviços de reforma, reestruturação ou conservação de prédios de interesses histórico, cultural ou de interesse para a preservação ambiental, respeitadas as características arquitetônicas das fachadas, com observância da legislação específica;

VII - os estudos e projetos contratados por empresas adquirentes de lotes nos pólos industriais criados pelo Município, desde que vinculados à construção ou instalação dos respectivos estabelecimentos naqueles locais;

VIII - o artista, artífice ou artesão, que exerça a atividade na própria residência sem auxílio de terceiros e sem propaganda de qualquer espécie;

IX - apresentações teatrais, radiofônicas e de TV, ao vivo, com quadros culturais, assim considerados por entidades reconhecidas;

X - as empresas concessionárias de transporte coletivo que fornecem ticket ou caderneta de passagem gratuita aos estudantes de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau deste Município, desde que devidamente comprovado pela Fiscalização Fazendária.

Parágrafo Único - A isenção prevista no Inciso X não incidirá sobre os aluguéis e fretamento de ônibus para excursões e similares.

TÍTULO X

ARBITRAMENTO

Art. 200 - A fiscalização do imposto compete privativamente ao Agente Fiscal de Rendas e/ou Fiscal de Rendas, recaindo a mesma sobre toda pessoa natural ou jurídica, contribuinte ou não, que estiver obrigada ao cumprimento da legislação tributária, inclusive a que gozar de imunidade ou isenção.

Art. 201 - O acesso do Agente ou Fiscal de Rendas a qualquer local onde deva ser exercida a fiscalização dos tributos, está condicionado, apenas, à apresentação de sua identidade funcional, sem qualquer outra formalidade.

Parágrafo Único - No caso de recusa, por parte do sujeito passivo, da exibição de livro ou documento fiscal ou comercial, o Fiscal sem prejuízo da autuação cabível, após proceder a lavratura do respectivo termo, solicitará à autoridade competente que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Art. 202 - Na hipótese de embaraço ou de desacato, no exercício de sua função, ou quando necessária a efetivação de medida acauteladora de interesse do Fisco, ainda que não se configure fato definido como crime, o fiscal, diretamente ou por intermédio da repartição a que estiver vinculado, pode requisitar o auxílio de força policial.

Art. 203 - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de serviços ou direitos, a autoridade fiscal, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado ou ainda, quando houver recusa por parte dos mesmos na exibição dos documentos fiscais.

Art.204 - O Agente Fiscal de Rendas e/ou Fiscal de Rendas, independentemente de autorização prévia do titular da Repartição a que estiver vinculado, arbitrará o valor do imposto devido, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sempre que:

I - o sujeito passivo não possuir, se recusar ou deixar de exhibir os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos caso de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;



II - forem omissos, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, ou não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;

III - existir atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

IV - o sujeito passivo não prestar, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos.

V - o sujeito passivo exercer qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar devidamente inscrito no órgão competente;

VI - o sujeito passivo praticar subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços do mercado;

VII - for constatada flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

VIII - o sujeito passivo prestar serviços sem a determinação do preço ou a título de cortesia;

IX - o sujeito passivo emitir nota fiscal em desacordo com a legislação, não permitindo a identificação do usuário final, bem como o tipo de serviço e o valor do mesmo;

X - forem retirados documentos fiscais do estabelecimento.

Art. 205 - No arbitramento será determinada a receita da prestação de serviços em relação a atividade exercida pelo contribuinte com base nos seguintes critérios:

I - despesas do período, acrescidas de 30% (trinta por cento) calculados pela soma das seguintes parcelas:

a - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados;

b - folha de salários pagos, adicionada de todos os encargos sociais e trabalhistas, inclusive honorários de diretores, retirada de sócios e gerentes;

c - despesa de aluguel do imóvel ou 1% (um por cento) do valor venal do mesmo, por mês;

d - despesa de aluguel de equipamento utilizado ou 2% (dois por cento) do valor venal do mesmo por mês;

e - despesa com fornecimento de água, luz, telefone;

f - encargos obrigatórios ou demais despesas do contribuinte, tais como encargos financeiros e outros tributáveis, em que a empresa normalmente incorra no desempenho das suas atividades;

g - outras despesas que eventualmente venham a ser apuradas.

II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor à época da apuração;

III - balanço de empresas do mesmo porte e da mesma atividade;

IV - receita lançada pelo contribuinte em anos anteriores, corrigida monetariamente;

V - valor estimado do preço de serviços das obras ou no valor do alvará de construção, tratando-se de empresas construtoras.

Art. 206 - Concluído o arbitramento dentro de suas formalidades legais, o agente fiscal ou fiscal de rendas formalizará processo administrativo, remetendo ao Secretário de Fazenda para que aprove e efetue o lançamento do imposto apurado.

TÍTULO XI

ESTIMATIVA

Art. 207 - O valor do imposto poderá ser fixado pelo Secretário Municipal de Fazenda, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade em caráter temporário;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes, cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico.



§ 1º - No caso do Inciso I deste artigo, consideram-se de caráter temporário as atividades cujo exercício esteja vinculado a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º - O regime de estimativa poderá ser suspenso, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que o originaram.

Art. 208 - A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:

- I - o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- II - o preço corrente dos serviços;
- III - o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
- IV - a localização do estabelecimento permanente ou temporário.

Art. 209 - Na hipótese do Inciso I do artigo 207 desta lei, o imposto estimado deverá ser pago de uma só vez e antecipadamente não podendo o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento desse tributo, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 210 - Tendo o sujeito passivo localização permanente, o regime de estimativa obedecerá ao critério de parcelas mensais.

Art. 211 - Os valores dos impostos fixados por estimativa serão lançados em nome do respectivo sujeito passivo, constituindo crédito tributário.

Art. 212 - O Fisco pode, a qualquer tempo:

- I - rever valores estimados, mesmo no curso do período considerado;
- II - requerer a autoridade competente o cancelamento da aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual.

Parágrafo Único - O despacho da autoridade que modificar ou cancelar de ofício o regime de estimativa produzirá efeitos a partir da data em que for cientificado o contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho.

Art. 213 - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, a critério da autoridade competente.

TÍTULO XII

REGIME DE SUBSTITUIÇÃO E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 214 - Enquadram-se no Regime de Substituição e Responsabilidade Tributária:

- I - as pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no Município de Macaé, que subcontratem quaisquer serviços com outras pessoas físicas ou jurídicas que sejam ou não estabelecidas no Município de Macaé;
- II - as pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no Município de Macaé, que contratem serviços de construção civil com outras pessoas físicas ou jurídicas não estabelecidas no Município de Macaé;
- III - quaisquer pessoa física ou jurídica não prevista no item anterior que forem nomeadas como substituta/responsável tributária, por ato do Secretário Municipal de Fazenda, devidamente justificado.

§ 1º - As pessoas físicas e jurídicas enquadradas neste regime deverão recolher o ISSQN sobre o valor total das notas fiscais por elas emitidas.



§ 2º - As subcontratadas informarão esta condição no campo destinado à descrição dos serviços e quando possível, mencionarão a razão social da tomadora originária do serviço, ou seja, da primeira tomadora.

§ 3º - Para se reembolsarem do ISSQN relativo às subcontratações, as pessoas físicas e jurídicas enquadradas como substitutas/responsáveis tributárias poderão reter o ISSQN das subcontratadas, no ato do pagamento das respectivas notas fiscais.

§ 4º - As pessoas físicas e jurídicas enquadradas nesta situação e que efetuarem a retenção do ISSQN, emitirão recibo do valor retido em nome da subcontratada, a qual deverá anexá-lo à nota fiscal para efeito de compensação.

TÍTULO XIV

SOLIDARIEDADE

Art. 215 - São solidariamente obrigados perante à Fazenda Municipal, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesse comum na situação, que constitua fato gerador da obrigação principal.

§ 1º - A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

§ 2º - A solidariedade que não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o sujeito passivo, atingido por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.

TÍTULO XV

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 216 - Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as imunes ao imposto, ou dele isentas que, de qualquer modo, participem de operações relacionadas direta ou indiretamente, com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste Capítulo e das previstas em Regulamento.

Art. 217 - As obrigações acessórias constantes deste Capítulo e do Regulamento não excluem outras, de caráter geral e comuns a vários tributos, previstas na legislação própria.

Art. 218 - O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar-se de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados.

Parágrafo Único - O pedido de regime especial deverá ser instruído com os modelos e sistemas pretendidos.

Art. 219 - É obrigação de todo contribuinte exibir os livros fiscais e comerciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos por lei ou regulamento, assim como prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pelos funcionários encarregados da fiscalização do imposto, no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data da intimação.

§ 1º - É facultada a expedição de Intimação por via postal, com aviso de recebimento.

§ 2º - O prazo para apresentação de documentos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido do contribuinte devidamente justificado.



Art. 220 - Os livros e documentos deverão permanecer no estabelecimento daqueles que estejam obrigados a possuí-los, à disposição da fiscalização, e deles só poderão ser retirados para os escritórios de contabilidade registrados, ou para atender à requisição das autoridades competentes.

Art. 221 - Os contribuintes do ISSQN, exceto os profissionais autônomos, deverão apresentar, anualmente, até o último dia útil do mês de julho de cada exercício, a ficha de acompanhamento fiscal, informando:

- a - movimento econômico do ano anterior, mês a mês com o ISSQN incidente e discriminação, também mensal, dos valores recolhidos;
- b - as principais despesas de cada exercício fiscal, discriminados mês a mês.

Parágrafo Único - Os formulários serão emitidos pela Secretaria de Fazenda, sendo o preenchimento e demais exigências estabelecidos por ato regulamentar do Poder Executivo.

Art. 222 - Nos casos de pedido baixa de inscrição, os livros e documentos fiscais e comerciais deverão ser apresentados à Repartição Fazendária, para exame e lavratura dos termos de encerramento nos livros fiscais e inutilização das notas fiscais não emitidas.

CAPÍTULO II

INSCRIÇÃO

Art. 223 - A pessoa física ou jurídica, cuja atividade esteja sujeita ao imposto ainda que isenta deste ou dele imune, deverá inscrever-se na repartição fiscal competente, antes de iniciar quaisquer atividades.

Art. 224 - Ficará também obrigado à inscrição na repartição fiscal competente aquele que, embora não estabelecido no Município, exerça no território deste, atividades sujeitas ao imposto.

Art. 225 - A inscrição far-se-á:

- I - através de solicitação do contribuinte ou do seu representante legal, com o preenchimento de formulários próprio;
- II - de ofício.

Art. 226 - As características de inscrição deverão ser permanentemente atualizadas, ficando o contribuinte obrigado a comunicar qualquer alteração, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua ocorrência.

Art. 227 - O contribuinte é obrigado a comunicar a cessação ou paralisação temporária de atividades à repartição fiscal competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do fato.

Art. 228 - O Fiscal de Rendas e o Agente Fiscal de Rendas que constatar que determinado Contribuinte cessou suas atividades sem que haja requerido a baixa, poderá solicitar ao Chefe da Repartição fundamentando o seu pedido, que o mesmo passe a fazer parte do arquivo de inativos, ato este que não implica quitação de quaisquer débitos de sua responsabilidade, porventura existentes.

CAPÍTULO III

LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 229 - Os documentos fiscais inicialmente compõem-se de:

- I - Livro de Registro e Termo de Ocorrência Fiscal;
- II - Livro de Registro do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- III - Notas Fiscais e/ou faturas de prestação de serviços;



IV - Demais documentos que se relacionam as Operações Tributárias, os quais, serão instituídos por decreto regulador deste código, no interesse da fiscalização.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo estabelecerá os modelos dos documentos fiscais, a forma, os prazos e as condições para a sua escrituração através de regulamento desta lei, podendo ainda dispor sob a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade do contribuinte.

Art. 230 - Os documentos fiscais de que tratam os incisos I a IV do artigo supra, tem como obrigatória a sua autorização, autenticação ou perfuração mecânica na Seção de Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de início de atividade, os novos documentos fiscais previstos nos incisos do artigo anterior, somente serão visados mediante apresentação dos documentos anteriores já encerrados.

CAPÍTULO IV

EXTRAVIO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVROS, DOCUMENTOS FISCAIS E GERENCIAIS

Art. 231 - O extravio ou a inutilização de livro e documento fiscal será comunicado pelo contribuinte a repartição fiscal fazendária, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ocorrência.

§ 1º - A comunicação a que se refere este artigo será feita por escrito, mencionando, de forma individualizada:

- 1 - a espécie, o número de ordem e demais características do livro ou documento extraviado ou inutilizado;
- 2 - o período a que se referir a escrituração, no caso de livro, assim como declaração expressa quanto à possibilidade ou não de refazer a escrituração, no prazo assinalado no artigo subsequente;
- 3 - as circunstância do fato, informando se houve registro policial;
- 4 - a existência ou não de cópias do documento extraviado, ainda que em poder de terceiros, indicando-os se for o caso;
- 5 - a existência ou não de débitos de imposto.

§ 2º - A comunicação será, também, instruída com a prova da publicação da ocorrência em jornal de grande circulação, de âmbito municipal ou no "Diário Oficial do Município".

§ 3º - No caso de extravio ou inutilização de livros, o contribuinte apresentará junto com comunicação, um novo livro, a fim de ser autenticado.

Art. 232 - O contribuinte fica obrigado, em qualquer hipótese, a comprovar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência, os valores das operações a que se referirem os livros ou documentos extraviados ou inutilizados, para efeito de verificação do pagamento do imposto.

Parágrafo Único - Se o contribuinte no prazo fixado neste artigo, deixar de fazer a comprovação, ou não puder fazê-la, e, bem assim, nos casos em que a mesma for considerada insuficiente ou inidônea, o valor das operações será arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios a seu alcance, deduzindo-se do montante devido os recolhimentos efetivamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição.

Art. 233 - Na hipótese de extravio ou inutilização de nota-fiscal referente a prestação de serviços ainda não efetivada, o documento será substituído através da emissão de outro, da mesma série e subsérie, no qual serão mencionados a ocorrência e o número do anteriormente emitido.

Parágrafo Único - A via fixa da nota fiscal, emitida na forma deste artigo, será submetida ao visto da repartição fazendária no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da sua emissão.



Art. 234 - O sacado que tiver extraviado ou inutilizado a nota fiscal correspondente a serviços prestados providenciará, junto ao emitente, cópia do documento, devidamente autenticada pela Repartição Fazendária.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, a cópia autenticada pela Repartição Fazendária produzirá os mesmos efeitos assegurados a nota fiscal extraviada ou inutilizada.

Art. 235 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o regulamento, sobre esta seção.

TÍTULO XVI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 236 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância por parte do contribuinte, responsável, substituto ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária e demais legislações específicas.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo exceções, independe de intenção do agente ou de terceiro, e da efetividade de natureza e extinção das consequências do ato.

Art. 237 - Reincidência é a repetição da mesma infração praticada violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo sujeito passivo dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

Art. 238 - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 239 - O contribuinte, o responsável ou demais pessoas envolvidas em infrações poderão apresentar denúncias espontâneas de infração de obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa competente, quando o montante do tributo depender de apuração.

§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento fiscal, de lavratura de termo de início de fiscalização ou de termo de apreensão de bens móveis e de documentos fiscais.

§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios à repartição fiscal competente não importa em denúncia espontânea, para fins do disposto neste artigo.

Art. 240 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada esta orientação ou interpretação.

Art. 241 - Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição legal pelo mesmo contribuinte, será aplicada, em relação a cada tributo, a pena correspondente à infração mais grave.

Art. 242 - A lei tributária que define infração e comine penalidade aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

I - exclua a definição do fato como infração;

II - comine penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

Art. 243 - Aos contribuintes e responsáveis pela prática das infrações de que trata esta seção, aplicar-se-á, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - multa por infração;

II - sujeição e regime especial de fiscalização;



III - suspensão ou perda definitiva de benefícios fiscais.

Art. 244 - As infrações serão apenadas com as seguintes multas:

§ 1º - Relativamente ao pagamento do imposto:

I - Falta de Pagamento total ou parcial, através de procedimento fiscal, quando as operações estiverem regularmente escrituradas:

MULTA: 20% (vinte por cento), sobre o imposto ou saldo devido;

II - falta de pagamento, quando houver:

a - operações tributáveis escrituradas como isentas ou como não tributáveis;

b - deduções não comprovadas por documentos hábeis;

c - erro na identificação da alíquota aplicável;

d - erro na determinação da base de cálculo;

e - erro de cálculo na apuração do imposto a ser pago;

f - falta de retenção, se obrigatória, nos pagamentos dos serviços de terceiros;

g - documentos fiscais que consignarem a obrigação e forem regularmente emitidos mas não escriturados nos livros próprios:

MULTA: 50% (cinquenta por cento) do imposto devido aplicável às infrações contidas nas alíneas:

“a” até “g”;

h - atividades tributáveis por importâncias fixas quando omissos ou inexatos os elementos informativos necessários ao lançamento ou a sua conferência:

MULTA: 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto apurado;

i - falta ou insuficiência no recolhimento dos acréscimos moratórios decorrentes de impostos em atraso:

MULTA: 100% (cem por cento) do débito autônomo constituído pelos acréscimos moratórios não recolhidos.

III - falta de pagamento total ou parcial:

a - omissão de receitas;

b - não emissão de notas fiscais;

c - início de atividade antes da inscrição junto ao órgão fiscal competente;

d - deduções irregulares nos casos de utilização de documentos viciados ou falsos:

MULTA: 100% (cem por cento) sobre o imposto apurado aplicável às infrações contidas nas alíneas “a” até “d”;

IV - falta de recolhimento do imposto retido de terceiros:

a - MULTA: 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto retido e não recolhido no prazo de 30 (trinta) dias;

b - MULTA: 100% (cem por cento) sobre o imposto retido e não recolhido no prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º - relativamente às obrigações acessórias:

I - notas fiscais:

a - emissão que consigne declaração falsa ou evidencie quaisquer outras irregularidades, tais como preços diferentes nas vias de mesmo número, preço abaixo do valor real da operação ou subfaturamento:

MULTA: 200 (duzentos) UFIR's por nota fiscal emitida;

b - emissão em desacordo com os requisitos regulamentares:

MULTA: 130 (cento e trinta) UFIR's por nota fiscal emitida;

c - impressão em desacordo com o modelo aprovado:

MULTA: 500 (quinhentos) UFIR's aplicáveis ao impressor e 500 (quinhentas) UFIR's aplicáveis ao emitente;



- d - inexistência, falta de apresentação, inutilização, extravio, perda ou não conservação por 05 (cinco) anos:
- MULTA: 20 (vinte) UFIR's por nota fiscal;
 - e - impressão sem autorização prévia:
 - MULTA: 930 (novecentos e trinta) UFIR's aplicáveis ao impressor e 930 (novecentos e trinta) UFIR's aplicáveis ao emitente;
 - f - impressão de notas fiscais com duplicidade de numeração:
 - MULTA: 930 (novecentos e trinta) UFIR's aplicáveis ao impressor e 930 (novecentos e trinta) UFIR's aplicáveis ao emitente;
 - g - falta de emissão ou emissão de documento inidôneo:
 - MULTA: 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto apurado;
 - h - falta de autenticação da repartição fiscal:
 - MULTA: 460 (quatrocentos e sessenta) UFIR's por talão;
 - i - não conservação de todas as vias das notas fiscais canceladas no talonário:
 - MULTA: 460 (quatrocentos e sessenta) UFIR's por nota fiscal cancelada.
- II - livros fiscais:
- a - falta de registro de notas fiscais de serviço prestado:
 - MULTA: 20 (vinte) UFIR's por nota não registrada nas operações isentas do imposto;
 - MULTA: 20 (vinte) UFIR's por nota não registrada nas operações tributáveis;
 - b - falta de autorização, autenticação ou perfuração mecânica, ou escrituração atrasada:
 - MULTA: 500 (quinhentos) UFIR's por livro;
 - c - escrituração em desacordo com os requisitos regulamentares:
 - MULTA: 200 (duzentos) UFIR's por livro;
 - d - inexistência, falta de apresentação, inutilização, extravios, perda ou não conservação por 05 (cinco) anos:
 - MULTA : 200 (duzentos) UFIR's por livro;
 - e - registro indevido de documentos que gerem deduções no pagamento do imposto:
 - MULTA: 100 (cem) UFIR's por documento;
 - f - adulteração e outros vícios que influenciem a apuração do crédito fiscal:
 - MULTA: 930 (novecentos e trinta) UFIR's;
- III - inscrição junto à Fazenda Municipal e alterações cadastrais:
- a - inexistência de inscrição:
 - MULTA: 5 (cinco) UFIR's por mês, se pessoa física, ou 15 (quinze) UFIR's por mês, se pessoa jurídica, contado do início da atividade;
 - b - falta de comunicação do encerramento da atividade:
 - MULTA: 10 (dez) UFIR's por mês, contando do encerramento da atividade;
 - c - falta de comunicação após 30 (trinta) dias de quaisquer modificações ocorridas, em face dos dados constantes do formulário de inscrição, exceto "mudança de endereço":
 - MULTA: 10 (dez) UFIR's por mês, contados da modificação;
 - d - falta de comunicação após 30 (trinta) dias, de mudança de endereço:
 - MULTA: 20 (vinte) UFIR's por mês, contados da mudança de endereço;
 - e - falta de comunicação da paralisação temporária das atividades:
 - MULTA: : 20 (vinte) UFIR's por mês, contados da paralisação;
- IV - apresentação de informações econômico-fiscais de interesse da administração tributária e guias de pagamento do imposto:
- a - omissão ou indicação incorreta de informações ou de dados necessários ao controle do pagamento do imposto, seja em formulários próprios, guias ou resposta à intimação:
 - MULTA: 90 (noventa) UFIR's por formulário, guia ou informação;
 - b - falta de entrega de informações exigidas pela legislação na forma e prazos legais ou regulamentares:
 - MULTA: 200 (duzentos) UFIR's;
 - c - embarçar ou elidir a ação fiscal:



MULTA: 930 (novecentos e trinta) UFIR's;
d - falta de apresentação do documento de "Não Movimento Econômico":
MULTA: 50 (noventa e três) UFIR's em relação a cada mês.

§ 3º - A aplicação das multas previstas neste artigo será feita sem prejuízo da exigência do imposto porventura devido ou de outras penalidades de caráter geral fixadas nesta lei.

§ 4º - O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que a tiverem determinado.

Art. 245 - As multas por infração, quando não previstas nesta Lei, equivalem-se ao valor de 100 (cem) UFIR's.

Art. 246 - A reincidência da infração será punida com multa em dobro e, a cada reincidência subsequente, aplicar-se-á a multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor.

Parágrafo Único - O contribuinte reincidente poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 247 - As multas impostas serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) ocorrendo a hipótese de o contribuinte recolher total ou parcialmente o valor do tributo constante de auto de infração no prazo estabelecido nesta lei.

Art. 248 - Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar os documentos fiscais e gerenciais mediante prévia autorização do órgão competente da Secretaria de Fazenda.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo definirá por regulamento as normas a serem seguidas por este artigo.

LIVRO QUARTO

TAXAS

Art. 249 - As taxas serão cobradas pelo Município em razão do efetivo exercício do poder de polícia administrativo e pela utilização efetiva ou potencial de Serviço Público específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição.

TÍTULO I

TAXAS DECORRENTES DO PODER DE POLÍCIA

Art. 250 - Considera-se exercício regular e efetivo do Poder de Polícia a atividade da Administração Pública que, disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, ao meio ambiente, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao uso e ocupação do solo, ao exercício de atividades econômicas, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade, aos direitos individuais e coletivos no âmbito Municipal.

Parágrafo Único - Fica configurado como exercício do Poder de Polícia, para fins de ocorrência do fato gerador, a fiscalização realizada no local e, as informações pertinentes por Servidor competente e, nos exercícios subsequentes a permanência das condições iniciais que permitiram a concessão da licença.

Art. 251 - O fato gerador, a incidência, o lançamento e o pagamento das taxas, fundadas no Poder de Polícia do Município, independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;



II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;
V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;
VI - dos recolhimentos de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigida, inclusive para expedição de alvará ou vistoria.

Art. 252 - Ficam instituídas as seguintes taxas pelo exercício regular e efetivo do poder de polícia administrativo:

I - Taxa de licença para o exercício de Atividade Autônoma;
II - Taxa de fiscalização das condições de Permanência de Publicidade e Propaganda;
III - Taxa de Fiscalização Sanitária,
IV - Taxa de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;
V - Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiros;
VI - Taxa de Fiscalização da Atividade Ambulante, Comércio Eventual e Feirante;
VII - Taxa de Licença para Execução de Obra Particular e Demolição;
VIII - Taxa de Licença para Execução de Loteamento e Condomínio;
IX - Taxa de Licença para Instalação de Circos , Parques, Feiras de Amostra, Exposições e Similares;
X - Taxa de Fiscalização das Condições de Permanência e Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial, Prestador de Serviços e Produtor Rural;
XI - Taxa de licença e fiscalização de obras e serviços em logradouros públicos.

CAPÍTULO I

TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AUTÔNOMA

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 253 - A presente taxa tem como fato gerador o exame e a fiscalização da documentação com vistas à concessão de licença para atividade autônoma.

Art. 254 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

I - Na data do início da atividade, relativo ao primeiro ano do exercício;
II - no dia 1º de janeiro de cada exercício dos anos subsequentes.

Art. 255 - No início da atividade, a taxa será devida proporcionalmente, ao número de meses restante para encerramento do exercício.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 256 - Sujeito Passivo da taxa é a pessoa física sujeita a fiscalização municipal em razão do exercício de qualquer atividade autônoma.



SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 257 - A Base de Cálculo da taxa será determinada em função do nível de escolaridade ou qualificação do contribuinte:

- I - Nível superior - 125 UFIR's por exercício
- II - Nível técnico ou médio - 75 UFIR's por exercício
- III - Nível elementar - 30 UFIR's por exercício

CAPÍTULO II

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 258 - A presente taxa tem como fato gerador a fiscalização das condições de permanência de quaisquer meios de publicidade ou propaganda colocados ou veiculados em lugar de acesso ao público, veiculados ou visíveis das vias públicas.

Art. 259 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - Quando requerida por exercício, no dia 1º de janeiro dos exercícios subsequentes ao da concessão.
- II - A cada prorrogação quando requerida por prazo determinado (nunca superior a 01 ano).

SEÇÃO II

BASE DE CÁLCULO

Art. 260 - A base de cálculo da taxa será determinado em função do tipo, forma, localização, tamanho, prazo e situação.

I - Propaganda Fixa por m²

1.1 - Escrita em Logradouros Públicos

- 1.1.1 - em que possuam luz própria ou iluminados - 0,5 UFIR por dia
- 1.1.2 - que não possuam luz própria - 0,3 UFIR por dia
- 1.1.3 - através de panfletos - 20 UFIR's por dia

1.2 - Escrita em Estabelecimentos

- 1.2.1 - com luz própria ou iluminadas - 50 UFIR's por ano
- 1.2.2 - sem luz própria ou sem iluminação - 30 UFIR's por ano

1.3 - Falada

- 1.3.1 - por dia - 30 UFIR's

II - Propaganda Móvel por m²

2.1 - Escrita

- 2.1.1 - por veículo - 1 UFIR por dia
- 2.1.2 - por pessoa - 0,8 UFIR por dia



2.1.3 - através de panfletos - 50 UFIR's por dia

2.2 - Falada

2.2.1 - por dia - 30 UFIR's

SEÇÃO III

SUJEITO PASSIVO

Art. 261 - Sujeito passivo da taxa é toda pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização municipal em razão da exploração de meios de publicidade ou propaganda, tais como: cartazes, letreiros, faixas, folhetos, quadros, painéis, anúncio, outdoors, mostruários fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos, calçadas, propaganda falada, etc.

CAPÍTULO III

TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 262 - A presente taxa tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre os locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos bem como exercício de outras atividades pertinentes à higiene pública, em observância às normas municipais e sanitárias.

Art. 263 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes, se comprovadamente tiver sido exercido o poder de polícia municipal;
- III - na data da alteração do endereço e/ou da mudança no ramo de atividade.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 264 - É a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da atividade exercida estar relacionada com alimentos, saúde e higiene pública e às normas sanitárias.

SEÇÃO III

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 265 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa, o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, aos veículos, aos trailers ou assemelhados comercializem gêneros alimentícios.



SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO

Art. 266 - A base de cálculo da taxa será determinada em função do número de empregados:

- I - até 02 empregados - 10 UFIR's por exercício;
- II - de 03 a 05 empregados - 20 UFIR's por exercício;
- III - de 06 a 10 empregados - 30 UFIR's por exercício;
- IV - de 11 a 20 empregados - 40 UFIR's por exercício;
- V - acima de 20 empregados - 50 UFIR's por exercício.

SEÇÃO V

LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 267 - A taxa será devida integral e anualmente independentemente, da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Art. 268 - Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano do exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício nos anos subsequentes;
- III - no ato da alteração do endereço e/ou da mudança do ramo de atividade.

CAPÍTULO IV

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 269 - A presente taxa tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização e instalação de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e objetos em observância às normas municipais de postura relativa à estética urbana, aos costumes, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública.

Art. 270 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a instalação de móvel, equipamentos, veículo, utensílios e objetos em vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 271 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da instalação de móvel, equipamentos, utensílios, veículo e objetos em vias e logradouros públicos.



SEÇÃO III

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 272 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa as pessoas físicas ou jurídicas que direta ou indiretamente estiver envolvida na instalação de móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.

SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO

Art. 273 - A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza, da atividade e da finalidade de utilização do móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto.

- I - atividade ambulante - 10 UFIR's por exercício;
- II - atividade comercial informal - 100 UFIR's por exercício, por banca;
- III - em atividade eventual - 1 UFIR por banca e por dia;
 - a) carroças - 1 UFIR por dia
 - b) carroças em grandes eventos - 8 UFIR por dia
 - c) carroças de tração animal - 2 UFIR por dia
- IV - atividade feirante - 1 UFIR por banca e por dia;
- V - mesas e cadeiras - 5 UFIR's por unidade e por exercício;
- VI - banca de jornal e revista - 50 UFIR's por exercício e m²;
- VII - postes - 40 UFIR's por unidade e por exercício;
- VIII - caixa de correio - 20 UFIR's por unidade e por exercício;
- IX - telefone público - 80 UFIR's por aparelho e por exercício;
- X - demais móveis, equipamentos, utensílios, veículos e objetos acima não especificado - 10 UFIR's por m² e por exercício.

SEÇÃO V

LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 274 - A taxa será integral e anualmente, independentemente da data da utilização vias e logradouros públicos.

Art. 275 - Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - na data de utilização de vias e logradouros públicos, relativamente ao primeiro ano do exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício, nos anos subseqüentes.

CAPÍTULO V

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA



Art. 276 - Consiste em verificação das condições do uso do veículo, horário conservação e manutenção que assegurem aos usuários, conforto, comodidade e segurança.

Art. 277 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

- I - na data do início da atividade, relativamente ao primeiro ano do exercício;
- II - no dia primeiro de janeiro de cada exercício ao ano subsequente.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 278 - O sujeito passivo da taxa é na pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização municipal em razão da atividade exercida, estar relacionada com transporte de passageiro.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 279 - A base de cálculo da taxa será determinada em função de cada unidade fiscalizada. Taxa de 200 UFIR's por exercício e por veículo

CAPÍTULO VI

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE, COMÉRCIO EVENTUAL E FEIRANTE

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 280 - A presente taxa tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, instalação e funcionamento de atividade ambulante, eventual, feirante em observância às normas municipais sanitárias e de postura relativa a estética urbana, aos costumes, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública.

Art. 281 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com o exercício da atividade ambulante eventual e feirante.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO



Art. 282 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização municipal em razão do exercício das atividades ambulante eventual e feirante.

SEÇÃO III

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 283 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa:

- I - o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas e o locador desses lançamentos;
- II - o promotor de feiras, exposições e congêneres;
- III - o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel com relação as barracas, aos veículos, aos trailers e aos stands ou assemelhados.

SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO

Art. 284 - A base de cálculo da taxa será determinada em função da natureza da atividade e da modalidade do exercício:

- I - atividade ambulante:
 - a) sem veículo motorizado - 10 UFIR's por exercício;
 - b) com veículo motorizado - 200 UFIR's por exercício;
 - c) trailers - 50 UFIR's por exercício.
- II - atividade feirante:
 - a) sem veículo motorizado - 10 UFIR's por exercício;
 - b) com veículo motorizado - 25 UFIR's por exercício.
- III - atividade eventual:
 - a) sem veículo motorizado - 0,5 UFIR por dia;
 - b) com veículo motorizado - 1 UFIR por dia;
 - c) trailers - 2 UFIR's por dia.

SEÇÃO V

LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 285 - A taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art. 286 - Sendo diária ou mensal, o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo;
- II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização.

Art. 287 - Sendo anual o período de incidência, o lançamento da taxa ocorrerá:

- I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo;
- II - no ato da comunicação, quando constatado pela fiscalização;
- III - no mês de outubro, com vencimento no dia 15 de novembro nos anos subseqüentes

CAPÍTULO VII



TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARTICULAR E DEMOLIÇÃO

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 288 - A taxa tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a localização e execução de obras particular e demolição em conformidade com o Código de Obras de Macaé.

Art. 289 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

I - na data do início da construção ou demolição.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 290 - Sujeito passivo é pessoa física, jurídica ou proprietária titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título de imóvel sujeito à fiscalização em razão de construção, reforma do prédio ou demolição.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 291 - A base de cálculo da taxa será determinada em função da metragem quadrada a ser construída ou demolida:

I - 0,25 UFIR por m² de construção ou demolição.

CAPÍTULO VIII

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO E CONDOMÍNIO

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 292 - A taxa tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre a execução de loteamento e condomínio conforme lei do Parcelamento do Solo no Município de Macaé.

Art. 293 - O fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

I - na data do início do loteamento ou condomínio.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 294 - Sujeito passivo da taxa é a pessoa física, jurídica ou proprietário do solo a ser parcelado.



SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 295 - A base de cálculo será determinada em função da metragem quadrada do solo a ser parcelado:

I - 0,10 UFIR por m²

CAPÍTULO IX

TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO DE CIRCOS, PARQUES, FEIRAS DE AMOSTRAS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 296 - A taxa tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre os locais onde serão instalados circos, parques, feiras de amostra, exposições e similares.

Art. 297 - O fato gerador considera-se ocorrido:

I - no ato do requerimento, pelo interessado para a instalação;

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 298 - Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização em razão do local de instalação de circos, parques, feiras de amostra e similares.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 299 - A base de cálculo da taxa será determinada em função espaço ocupado pelo circo, parque, exposição, feira de amostra e similares:

- | | |
|---|-------------------------------|
| a) até 500 m ² = 0,20 | por m ² , por dia; |
| b) até 501 m ² a 1.000 m ² = 0,15 | por m ² , por dia; |
| c) até 1.001 m ² a 2.000 m ² = 0,07 | por m ² , por dia; |
| d) até 2.001 m ² a 5.000 m ² = 0,03 | por m ² , por dia; |
| e) acima de 5.000 m ² = 0,02 | por m ² , por dia; |

CAPÍTULO X

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL, PRESTADOR DE SERVIÇOS E PRODUTOR RURAL



SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 300 - A taxa de fiscalização das condições de permanência e funcionamento de estabelecimentos, fundada no Poder de Polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas e rurais nos locais urbanizáveis, tem como fato gerador a fiscalização exercida sob as condições de instalação e permanência de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços e rurais, bem como sobre o seu funcionamento em observância à Legislação aplicável às normas Municipais de posturas, concernentes à higiene, saúde, moralidade, tranqüilidade pública, direitos e costumes individuais e coletivos relativas à ordem pública e meio ambiente.

Parágrafo Único - Fica configurado como exercício de Poder de Polícia, para fins de ocorrência do fato gerador, a fiscalização realizada em estabelecimento por Servidor competente.

Art. 301 - Para efeito de incidência da taxa, serão considerados como estabelecimentos distintos:

- I - o local onde estejam estabelecidas pessoas física e/ou jurídicas diferentes, para o exercício de atividades idênticas ou não;
- II - os estabelecimentos pertencentes a uma mesma pessoa física e/ou jurídica, situados em locais diferentes.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 302 - O sujeito passivo da taxa é qualquer pessoa física ou jurídica que exerça atividade econômica sujeita a fiscalização do Poder público Municipal.

SEÇÃO III

LANÇAMENTO

Art. 303 - O lançamento do tributo ocorrerá no dia primeiro de janeiro de cada exercício.

Art. 304 - O sujeito passivo se obriga a comunicar a repartição fiscal competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da alteração, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativa ao seu estabelecimento:

- I - alteração da razão social;
- II - alteração na forma societária;
- III - número de empregados;
- IV - nome dos sócios;
- V - paralisação temporária.

SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 305 - A presente taxa terá diversas bases de cálculo, tais como as dimensões do estabelecimento, número de quartos, leitos e empregados.

Parágrafo Único - São as seguintes as bases de cálculo, com as seguintes alíquotas:



PESSOAS JURÍDICAS
1 - INDÚSTRIA

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
1.1. - Até 50 m ²	70
1.2. - de 51 m ² a 100m ²	100
1.3. - de 101m ² a 200m ²	150
1.4. - de 201m ² a 300m ²	200
1.5. - de 301m ² a 500m ²	250
1.6. - Mais de 500m ² por 100m ² ou fração	50

2 - COMÉRCIO (ATACADISTA E VAREJISTA)

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
2.1. - Até 50 m ²	70
2.2. - de 51 m ² a 100m ²	100
2.3. - de 101m ² a 200m ²	150
2.4. - de 201m ² a 300m ²	200
2.5. - de 301m ² a 500m ²	250
2.6. - Mais de 500m ² por cada 100m ² ou fração	50

**3 - ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO,
INVESTIMENTO E INCORPORADORES**

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 300
--------------------------	-----------------

4 - HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 600
4.1. - Até 10 quartos	125
4.2. - de 11 a 20 quartos	180
4.3. - Mais de 20 quartos	300
4.4. - Por apartamento	12

5 - CASAS DE LOTERIAS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 125
--------------------------	-----------------

6 - OFICINA DE CONERTO EM GERAL

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
6.1. - Até 20 m ²	25
6.2. - de 21 m ² a 75 m ²	40
6.3. - de 76 m ² a 150 m ²	50
6.4. - de 150 m ² em diante	75

7 - POSTO DE SERVIÇO PARA VEÍCULOS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 150
--------------------------	-----------------

8 - DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES



BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 200
--------------------------	-----------------

9 - TINTURARIAS E LAVANDERIAS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 40
--------------------------	----------------

10 - SALÕES DE ENGRAXATE

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 25
--------------------------	----------------

11 - ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS GINÁSTICAS, ETC.

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 150
--------------------------	-----------------

12 - BARBEARIA E SALÕES DE BELEZA, POR Nº DE CADEIRAS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 20
--------------------------	----------------

13 - ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR POR SALA DE AULA	UFIR ANUAL 15
---	------------------

14 - ESTABELECIMENTO HOSPITALARES

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
14.1. - Com até 15 leitos	125
14.2. - de 15 até 30 leitos	250
14.3. - acima de 30 leitos	375

15 - LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 100
--------------------------	-----------------

16 - DIVERSÕES PÚBLICAS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
16.1. - Cinemas e teatros com até 150 lugares:	75
16.2. - Cinemas e teatros com mais de 150 lugares:	125
16.3. – Restaurantes dançantes, boates, etc.	125
16.4. - Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa:	100
16.4.1. – Estabelecimentos com até 3 mesas:	100
16.4.2. – Estabelecimentos com mais de 3 mesas:	200
16.5. - Boliches por n.º de pistas:	50
16.6. - Exposições, feiras de amostras. Quermesses;	125
16.7. - Circos de Parques de Diversões:	250
16.8. - Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos no item anterior:	250

17 - EMPREITEIRAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E FIRMAS LIGADAS À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E CORRELATOS



BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 375
--------------------------	-----------------

18 - AGROPECUÁRIA

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
18.1. - Até 100 empregados:	100
18.2. - mais de 100 empregados:	150

19 - BANCAS DE JORNAIS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 75
--------------------------	----------------

20 - ESCRITÓRIOS EM GERAL

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL: 100
--------------------------	-----------------

PESSOAS FÍSICAS AUTÔNOMOS ESTABELECIDOS

BASE DE CÁLCULO: EM UFIR	UFIR ANUAL
21.1. - Nível superior	65
21.2. - Nível Médio/Técnico	45
21.3. - Nível Elementar	30

Art. 306 - As demais atividades não constantes dos itens do artigo anterior serão objeto de Decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO V

NÃO INCIDÊNCIA

Art. 307 - A taxa não incidirá sobre:

- I - templos de qualquer natureza;
- II - partidos políticos, inclusive suas fundações;
- III - entidades sindicais dos trabalhadores;
- IV - instituições de educação e assistência médica e social sem fins lucrativos;
- V - clubes e associações recreativas, desportivas e culturais sem fins lucrativos.

Art. 308 - Fica concedida remissão da taxa para os exercícios de 1996, 1997 e 1998 aos que se enquadrarem no artigo anterior.

CAPÍTULO XII

TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I

FATO GERADOR

Art. 309 - A presente taxa tem como Fato Gerador, a autorização, vigilância e fiscalização da execução de obras e serviços em logradouros públicos.



SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 310 - O Sujeito Passivo da taxa são as empresas integrantes da administração indireta da União e do Estado, bem como os seus comitentes, pessoas físicas ou jurídicas, que se utilizarem, direta ou indiretamente, da área pública do Município para, nela, realizarem qualquer tipo de obra ou serviço.

SEÇÃO III

SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 311 - Respondem, solidariamente, pelo pagamento da taxa e pela observação do disposto neste capítulo as pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela execução da obra ou do serviço.

SEÇÃO IV

BASE DE CÁLCULO

Art. 312 - A base de cálculo da taxa, será determinada em função da dimensão das obras e serviços a serem realizadas em logradouros públicos, na razão de 3 UFIR por metro quadrado de obra.

SEÇÃO V

PAGAMENTO

Art. 313 - O pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias após ciência pela empresa interessada, no despacho concessivo, os 50% (cinquenta por cento) restantes ao seu término.

SEÇÃO VI

OBRIGAÇÕES

Art. 314 - Realizada a obra, ficam os seus responsáveis obrigados a restauração das condições originais do logradouro público, em prazo a ser fixado pela autoridade municipal competente no ato do licenciamento.

Parágrafo Único - Nos casos de melhorias em áreas públicas do Município, as concessionárias de serviço (TELERJ, CERJ, CEDAE, etc.) farão as suas despesas às remoções dos equipamentos urbanos e instalações de qualquer natureza quando solicitadas pela Prefeitura.

SEÇÃO VII

PENALIDADES

Art. 315 - O descumprimento dos disposto neste artigo sujeitará o infrator a multa de 300 UFIR.

TÍTULO II

TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS



Art. 316 - Ficam instituídas as seguintes taxas, pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados pelo Poder Público Municipal ao contribuinte ou colocados a sua disposição com a regularidade necessária:

- I - taxa de coleta e remoção de lixo domiciliar;
- II - taxa de serviço de esgoto;
- III - taxa para expansão, melhoria e manutenção de rede e acessórios destinados a iluminação pública.

Art. 317 - Os Serviços Públicos consideram-se:

- I - utilizado pelo contribuinte:
 - a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título, permanente ou temporariamente;
 - b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, sejam colocados à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;
 - c) específico, quando passam a ser destacados, em utilidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;
 - d) divisíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.

Parágrafo Único - É irrelevante para a incidência das taxas que os serviços públicos sejam prestados diretamente ou terceirizados.

CAPÍTULO I

TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO DOMICILIAR

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 318 - A hipótese de incidência da taxa de coleta e remoção de lixo é a prestação de serviços de coleta e remoção de lixo, gerado em imóvel edificado para fins residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviços.

§ 1º - Não está incluída na prestação dos serviços mencionados no “caput” deste artigo a remoção especial de lixo, a saber: retirada de entulhos, detritos industriais, hospitalares, galhos de árvores e similares, limpeza de terrenos, bem como a remoção de lixo realizada com ou sem solicitação titular do imóvel, que estará sujeita ao pagamento do preço público fixado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Para remoção especial do lixo de que trata o parágrafo anterior será dado conhecimento ao sujeito passivo do imóvel e por escrito, do valor da taxa que será cobrada anualmente no carnê do IPTU, conforme valores fixados em tabelas de preços públicos.

SEÇÃO II **SUJEITO PASSIVO**

Art. 319 - Contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado situado em local beneficiado pelos serviços prestados pelo Poder Público Municipal.

SEÇÃO III **BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS**



Art. 320 - A base de cálculo da taxa será determinada em função da finalidade do imóvel e as dimensões do mesmo.

Imóvel	Valor em UFIR
Residencial	0,75 UFIR por m ² (metro quadrado) por exercício
Comercial	0,85 UFIR por m ² (metro quadrado) por exercício
Industrial	0,95 UFIR por m ² (metro quadrado) por exercício

CAPÍTULO II

TAXA DE SERVIÇO DE ESGOTO

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 321 - A presente taxa tem como fato gerador a instalação, operação, manutenção, conservação e melhoramento do sistema de esgoto sanitário.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 322 - O sujeito passivo da taxa é o proprietário titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado, situado em local beneficiado pela prestação deste serviço público.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULOS E ALÍQUOTA

Art. 323 - A base de cálculo da taxa será determinada em função das dimensões do imóvel:

I - Residencial:

1,5 (um vírgula cinco) UFIR por metro quadrado construído

II - Comercial/Industrial

1,7 (um vírgula sete) UFIR por metro quadrado construído

Parágrafo Único – A base de cálculo estabelecida neste artigo está limitada a 200 m² (duzentos metros quadrados) para imóveis residenciais e a 500 m² (quinhentos metros quadrados) para imóveis comerciais.

CAPÍTULO III

TAXA PARA EXPANSÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO DE REDE E ACESSÓRIOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 324 - A taxa tem como fato gerador a prestação efetiva ou potencial dos serviços de expansão, melhoria e manutenção de rede e acessórios destinados a iluminação pública das vias e logradouros públicos, situados na zona urbana municipal.

Art. 325 – A taxa referida no artigo anterior incidirá sobre os imóveis localizados:



a) em ambos os lados das vias públicas de caixa única, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;

b) no lado em que estiver instaladas as luminárias, no caso de vias públicas de caixa dupla;

c) em ambos os lados das vias públicas de caixa dupla, quando a iluminação for central;

d) em todo o perímetro das praças públicas, independentemente da distribuição das luminárias.

§ 1º - Nas vias públicas não iluminadas em toda a sua extensão, considera-se também beneficiado o imóvel que tenha qualquer parte de sua área dentro dos círculos, cujo centros estejam localizados num raio de 100 m (cem metros) de poste dotado de luminária.

§ 2º - Considera-se via pública não dotada de iluminação pública em toda a sua extensão, aquela em que a interrupção desse serviço, entre 02 (duas) luminárias, for igual ou superior a 100 m (cem metros).

Art. 326 – Fica considerado imóvel distinto para efeito de cobrança da taxa, cada unidade autônoma residencial, comercial ou industrial de consumo de energia elétrica, tais como: casas, apartamentos, salas, lojas, sobrelojas, boxes e assemelhados.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 327 – O contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do bem imóvel edificado ou não, situado em local beneficiado pelos serviços prestados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único – No caso de imóveis constituídos por múltiplas unidades autônomas, a taxa incidirá sobre cada uma das unidades de forma distinta.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 328 – A taxa para expansão, melhoria e manutenção de rede e acessórios destinados a iluminação pública, será devida em razão do custo dos serviços e cobrada de acordo com a seguinte tabela:

a) imóveis residenciais e unidades não construídas: 5,4 (cinco vírgula quatro) UFIR's por mês;

b) imóveis não residenciais: 14,41 (quatorze vírgula quarenta e um) UFIR's por mês.

Art. 329 – O produto de arrecadação da taxa constituirá receita vinculada e destinada à expansão, melhoria e manutenção de rede e acessórios destinados a iluminação pública.

Art. 330 – fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com concessionárias de serviços públicos para fins de cobrança e/ou arrecadação da taxa.

LIVRO QUINTO

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

TÍTULO I

FATO GERADOR

Art. 331 - O fato gerador da Contribuição de Melhoria é a realização de obra pública.



Parágrafo Único - As seguintes obras podem ser objeto de contribuição de melhoria:

- I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
- II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV - abastecimento de água potável, redes de esgotamento sanitário e instalação de comodidades públicas;
- V - instalação de redes elétricas e suprimento de gás;
- VI - transportes e comunicações em geral;
- VII - instalação de teleféricos, funiculares e ascensores;
- VIII - proteção contra secas, inundações, erosões e ressacas, saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regulamentação de cursos d'água e irrigação;
- IX - construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- X - construção de aeródromo, aeroportos e seus acessos;
- XI - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações.

Art. 332 - A contribuição de melhoria terá como limite total a despesa realizada, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, bem como os encargos respectivos.

§ 1º - Os elementos referidos no “caput” deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo, elaborados pela Administração Municipal.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo, com base nos documentos referidos no parágrafo anterior e tendo em vista a natureza de obra ou do conjunto de obras, os eventuais benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou a quantidade de equipamentos públicos existentes na sua zona de influência, fica autorizado a reduzir, em 50% (cinquenta por cento), o limite total a que se refere este artigo.

Art. 333- A contribuição de melhoria será dividida em decorrência de obras públicas realizadas pela Administração Municipal direta ou indireta, inclusive quando resultantes de convênio com a União e o Estado ou com entidade federal ou estadual.

Art. 334 - As obras públicas que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

- I - ordinário, quando referentes a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração Municipal;
- II - extraordinário, quando referente à obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados;
- III - A posteação, afiação com o respectivo transformadores de energia elétrica, e a colocação de luminárias solicitada por, pelo menos 2/3 (dois terços) dos contribuintes e interessados.

TÍTULO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 335 - O sujeito passivo da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

§ 1º - Para efeito de determinação do sujeito passivo, aplicar-se-á o disposto nos § 1º ao § 5º do artigo 65 desta lei.

§ 2º - Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem.



§ 3º - Os demais imóveis serão lançados em nome de seus respectivos titulares.

Art. 336 - A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel ainda após a transmissão.

TÍTULO III

DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Art. 337 - Para cada obra ou conjunto de obras integrante de um mesmo projeto serão definidos sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis nela localizados, se for o caso.

Art. 338 - As zonas de influência, bem como os índices de hierarquização de benefício, serão aprovadas pelo Chefe do Poder Executivo com base em proposta elaborada por comissão previamente por ele designada para cada obra ou conjuntos de obras integrante de um mesmo projeto.

Art. 339 - A comissão a que se refere o artigo precedente terá a seguinte composição:

I - 2 (dois) membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, entre servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e na Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

II - 1 (um) membro indicado pelo Poder Legislativo, entre os seus integrantes;

III - 2 (dois) membros indicados por entidades privadas que atuem, institucionalmente, no interesse da comunidade;

§ 1º - Os membros da comissão não farão jus a nenhuma remuneração, sendo o seu trabalho considerado como de relevante interesse para o Município.

§ 2º - A comissão encerrará o seu trabalho com a entrega da proposta definindo a zona de influência da obra ou do conjunto de obras, bem como os respectivos índices de hierarquização de benefício, se for o caso.

§ 3º - A proposta a que se refere o parágrafo anterior será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou o conjunto de obras em seus aspectos sócio-econômicos e urbanísticos.

§ 4º - Os órgãos competentes da Administração Municipal fornecerão todos os meios e informações solicitados pela comissão para o cumprimento de seus objetivos.

TÍTULO IV

BASE DE CÁLCULO

Art. 340 - A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo da obra.

Art. 341 - Para o cálculo da contribuição de melhoria, a Secretaria Municipal de Fazenda, com base no disposto no artigo 332 desta lei, determinará o custo da obra e adotará os seguintes procedimentos:

I - delimitará, em planta, a zona de influência da obra;

II - dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III - individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV - obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

V - calculará a contribuição de melhoria relativa a cada imóvel, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

a - tratando-se de obras de pavimentação, o valor da contribuição de melhoria será obtido pela multiplicação do número de metros lineares de testada do imóvel lindeiro pela metade do custo de pavimentação do leito carroçável a ele relativo, incluindo esquina, quando for o caso;



b - para as demais obras;

$CMI = C \times HF \times AI$, onde:
HF AF

CMI: contribuição de melhoria relativa a cada imóvel

C: custo de obra a ser ressarcido

HF: índice de hierarquização de benefício de cada faixa sinal de somatório

AI: área territorial de cada imóvel

AF: área territorial de cada faixa

TÍTULO V

LANÇAMENTO

Art. 342 - Para a cobrança da contribuição de melhoria, o órgão fiscal competente deverá publicar, previamente, edital contendo os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo da obra, especificação de cada serviço e o custo total;
- II - determinação de parcela do custo total a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;
- III - delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, se for o caso;
- IV - relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;
- V - valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 343 - Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso IV do artigo anterior terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, quando houver, a apresentação de argumentação fundamentada que motive a impugnação.

Art. 344 - A impugnação sobre os itens contidos no edital deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Fazenda através de petição fundamentada que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 345 - Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 346 - A notificação do lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

- I - identificação do contribuinte e valor da contribuição de melhoria cobrado;
- II - prazos para pagamento, de uma só vez ou parceladamente, e respectivos locais de pagamento;
- III - prazo para impugnação do lançamento.

Parágrafo Único - Dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação de lançamento, o contribuinte poderá apresentar impugnação por escrito contra:

- I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;
- II - valor da contribuição de melhoria;
- III - número de prestações.



Art. 347 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendam o início ou o prosseguimento das obras, nem terão efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da contribuição de melhoria, não sendo extensivo aos demais contribuintes que não apresentaram impugnação.

TÍTULO VI

PAGAMENTO

Art. 348 - A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

- I - o pagamento de uma só vez gozará do desconto de 10% (dez por cento), se efetuado tempestivamente;
- II - o pagamento parcelado sofrerá juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 349 - No caso de pagamento parcelado, os valores serão calculados de modo que o total anual não exceda a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel.

Art. 350 - O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte à multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, sobre o valor da contribuição de melhoria e aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor atualizado da parcela, de acordo com os índices oficiais de atualização monetária.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 351 - Fica o Chefe do Poder Executivo expressamente autorizado a representar o Município para firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual.

LIVRO SEXTO

PREÇO PÚBLICO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 352 - Ficam criados os seguintes preços públicos:

- I - Concessão de licença para publicidade e propaganda.
- II - Concessão de licença para funcionamento de estabelecimento em horário especial.
- III - Concessão de licença para localização e funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço e produtor rural.
- IV - Concessão de licença para ocupação de bens municipais de uso especial.
- V - Habite-se.
- VI - Auto de vistoria ou alvará de aprovação de loteamento.
- VII - Aprovação de projetos de loteamento.
- VIII - Aprovação de projetos de construção.
- IX - Aprovação de projetos de desmembramento e remembramento.
- X - Concessão de licença para demolição.
- XI - Retirada de entulhos e de resto de corte ou poda de árvore, limpeza de fossa, roçado de terreno etc.



XII - Expediente, emolumentos, certidão, transferência, baixa, renovação, perpetuação, numeração, vistoria, e outros.

Art. 353 - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado à elaborar, por decreto, tabela de cobrança de Preços Públicos, que não tiverem sido estabelecidos nesta lei.

TÍTULO II

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Art. 354 - A exploração ou a utilização de quaisquer meios de publicidade ou propaganda, colocados ou veiculados em lugar de acesso ao público, veiculados ou visíveis das vias públicas, fica sujeito a licença prévia e ao pagamento do Preço Público.

Art. 355 - Estão sujeitos ao pagamento do Preço Público os interessados diretamente na publicidade ou propaganda e que pretendam se utilizar dos seguintes meios:

I - cartazes, letreiros, faixas, folheto, quadros, painéis, placas, outdoors, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

§ 1º - Compreendem-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso público, ainda que mediante cobrança de ingresso.

§ 2º - Quando ocorrer a publicidade prevista no inciso II deste artigo, os responsáveis ficarão obrigados a manter o volume de seus aparelhos de som na unidade de audição (decibel) previsto na legislação específica, na menor intensidade de som suportável ao ouvido humano e deverão respeitar dias e horários a serem previstos em regulamento.

Art.356 - O requerimento para obtenção da licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 357 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis, faixas, outdoors, placas e letreiros sujeitos ao Preço Público um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 358 - O Preço Público será pago por ocasião da outorga da licença, na forma da tabela constante do artigo 260 deste código.

Art. 359 - A licença para exploração dos meios de publicidade e propaganda será válida pelo prazo de 01 (um) ano.

Art. 360 - Não estão sujeitos ao Preço Público:

I - expressões de indicação e identificação;

II - anúncios pela União, pelos Estados e pelos Municípios;

III - placas de hospitais, casas de saúde e congêneres, colégios, assim como, sítios, chácaras e fazendas, desde que não exerçam atividades econômicas;

IV - placas de firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais dessas;

V - propaganda eleitoral e política, durante o período eleitoral;



VI - propaganda colocada no interior dos estabelecimentos desde que não sejam visíveis das vias públicas.

TÍTULO III

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL, PRESTADOR DE SERVIÇO E PRODUTOR RURAL

Art. 361 - Tratando-se de primeiro licenciamento, o pedido obrigatoriamente, deverá ser precedido de consulta prévia, firmado pelo interessado ou seu preposto, que informará o endereço onde pretende se estabelecer e a atividade a ser exercida.

§ 1º - A resposta a consulta se dará através de certidão, que informará se é permitido ou não o exercício da atividade mencionada no local apontado pelo interessado e a metragem quadrada do imóvel, de sua área coberta e descoberta.

§ 2º - O consulente pagará antecipadamente a taxa de expediente pela expedição da certidão.

Art. 362 - Em se tratando de atividade que não represente risco, que não agridam o meio ambiente e não representem incômodos à população, o Fiscal Fazendeiro de Plantão prestará informações em 48hs a partir do recebimento do respectivo processo consultando a Lei de Zoneamento e exame do local, sobre pena de responsabilidade funcional.

Art. 363 - Em se tratando de atividade de risco, incômodo à população e que agridam o meio ambiente o processo será encaminhado aos órgãos competentes para se pronunciarem.

Art. 364 - A certidão mencionada no parágrafo 1º do artigo 361, terá validade 60 (sessenta) dias prazo em que o interessado poderá requerer o Alvará de licença para localização e funcionamento de estabelecimento, instruindo o pedido com os seguintes documentos:

- 1 - requerimento e formulário de cadastro assinado pelo titular da firma;
- 2 - contrato social ou declaração de firma individual registrado;
- 3 - título de propriedade do imóvel ou contrato de locação do imóvel;
- 4 - habite-se do imóvel ou escritura de compra e venda registrada;
- 5 - IPTU quitado;
- 6 - certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros;
- 7 - Documento Único de Cadastro do ICMS(DUCAD) quando se tratar de atividade comercial ou mista;
- 8 - declaração do contador responsável pela escrita da firma e certificado de regularidade profissional do mesmo;
- 9 - licença da FEEMA quando se tratar de atividade poluente;
- 10 - licença do Conselho Regional de Farmácia quando for o caso;
- 11- registro da Secretaria de Estado de Polícia no caso de oficina de desmonte de veículos automotores (ferro velho);
- 12 - CGC Cadastro Geral de Contribuintes do MF ou CPF quando for o caso;
- 13 - prova de regularização perante a saúde pública do Município, não só sobre as condições higiênicas do imóvel, como também atestados médicos dos empregados do estabelecimento;
- 14 - prova de pagamento do Preço Público relativo a concessão da licença.

Art. 365 - Definido o pedido a favor do postulante será providenciada a sua inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas, concedendo-se o respectivo Alvará, que será único e intransferível.

Art. 366 - A Seção Fiscalização Fazendária providenciará de imediato as anotações necessárias da identificação do contribuinte e fará constar, as exigências ainda pendentes.



Art. 367 - Nesse primeiro exercício de concessão do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, o Preço Público será devido integralmente, na forma da tabela constante do artigo 305 deste código.

Art. 368 - O alvará de localização e funcionamento, concedido a partir da primeira licença, será único, intransferível e definido.

Parágrafo Único - A partir dos exercícios subsequentes, o contribuinte pagará a taxa de fiscalização das condições de permanência e funcionamento do estabelecimento, através da guia Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a qual deverá anexada ao alvará.

Art. 369 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do Preço Público, o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos.

Art. 370 - O estabelecimento que exercer suas atividades em desacordo com as condições de permanência no local será considerado clandestino e ficará sujeito à interdição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 371 - Sem prejuízo das penalidades cabíveis, inclusive penais, poderá ser suspensa ou cancelada a licença do contribuinte, quando deixarem de existir quaisquer das condições exigidas para sua concessão ou permanência.

Parágrafo Único - Em se tratando de suspensão da licença, caso o contribuinte, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência da intimação, deixe de cumprir as exigências legais e administrativas, caberá ao Secretário Municipal de Fazenda promover o cancelamento da licença.

LIVRO SÉTIMO

NORMAS GERAIS TRIBUTÁRIAS

TÍTULO I

JUROS DE MORA E MULTA DE MORA

Art. 372 - O Crédito Tributário não integralmente pago no vencimento, será acrescido de juros de mora, multa de mora e atualização monetária, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis em cada caso, e aplicam-se tanto aos créditos tributário recolhidos espontaneamente, quanto aos constituídos mediante lançamento de ofício.

Parágrafo Único - Serão acrescidos ao valor principal do Crédito Tributário quando não pago no vencimento:

- I - Juros de mora de 1% por mês, ou fração de mês, em atraso;
- II - Multa de mora de 0,33% por dia de atraso limitado em 30% (trinta por cento) no seu somatório;
- III - Atualização monetária com base na variação da UFIR.

TÍTULO II

OUTRAS PENALIDADES

Art. 373 - Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na Legislação Tributária.



Parágrafo Único - Será considerado infrator todo aquele que cometer, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, e ainda, os responsáveis pela execução das leis e outras normas baixadas pela Administração Municipal que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 374 - As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

- I - Aplicação de multas;
- II - Proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, conforme determina a Lei Orgânica do Município;
- III - Suspensão ou cancelamento de benefícios tributários;
- IV - Sujeição a regime especial de fiscalização.

Art. 375 - A aplicação de penalidade de qualquer natureza em caso algum dispensa:

- I - O pagamento do tributo e dos acréscimos cabíveis;
- II - O cumprimento das obrigações tributárias acessórias e de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais que couberem.

Art. 376 - Não se procederá contra Servidor ou Contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

Art. 377 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado estabelecer o valor das multas em UFIR's, e/ou porcentagem sobre o valor principal do crédito, sendo esta última não superior a 200% (duzentos por cento), sobre o valor do tributo indevidamente apropriado, somente no que se refere aos casos omissos.

§ 1º - A multa fiscal por infração, não excederá ao limite de 1.000 (UFIR's).

§ 2º - As multas serão cumulativas quando resultarem, concomitantemente do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

§ 3º - Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, impor-se-a penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.

Art. 378 - Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública Municipal não poderão participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais, bem imóveis ou equipamentos, realização de obras públicas e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta.

Parágrafo Único - Os débitos para com a Fazenda Municipal serão compensados com os créditos da mesma pessoa física ou jurídica, na forma do Código Civil.

TÍTULO III

SUJEIÇÃO A REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 379 - Será submetido a regime especial de fiscalização, e a mesma consistirá em:

- I - exame de sua documentação do período de 5 (cinco) anos, com indícios de omissão de receita;
- II - exame de toda documentação Fiscal Municipal, Estadual e Federal, que apresente indícios de sonegação fiscal;
- III - houver cometido crime contra a ordem tributária;
- IV - reiteradamente viole a legislação tributária.

Art. 380 - Constitui indício de omissão de receita:



- I - qualquer entrada de numerário, de origem não comprovada por documento hábil;
- II - a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, ou sem comprovação de disponibilidade financeira deste;
- III - a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável;
- IV - a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
- V - qualquer irregularidade verificada em máquina registradora utilizada pelo contribuinte, ressalvada a hipótese de defeito mecânico, devidamente comprovado por oficina credenciada.

Art. 382 - Sonegação Fiscal é a ação ou omissão dolosa, fraudulenta ou simulatória do contribuinte, com ou sem concurso de terceiro em benefício deste ou daquele:

I - tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

- a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;
- b) das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

II - tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

Art. 383 - Enquanto perdurar o regime especial, os blocos de notas fiscais, os livros e tudo mais que for destinado ao registro de operações, tributáveis ou não, será visado pelas Autoridades Fiscais incumbidas da aplicação do regime especial, antes de serem utilizados pelos contribuintes.

Art. 384 - O Secretario Municipal de Fazenda poderá baixar instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso, na aplicação do regime especial.

TÍTULO IV

INFRAÇÕES FUNCIONAIS

Art. 385 - Serão punidos com multa equivalente, até o máximo, de 15 (quinze) dias do respectivo vencimento, os funcionários que:

I - sendo a sua atribuição, se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por esta solicitada;

II - por negligência ou má fé, lavrarem autos e termos de fiscalização sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidades;

III - tendo conhecimento de irregularidades que impliquem sanções penais, deixarem de aplicar ou comunicar o fato a autoridade competente para o procedimento cabível na espécie;

IV - extraviar livro fiscal, processo ou qualquer documento, de que tenha guarda em razão da função; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente;

V - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagens, pecúnia, prêmios ou presentes ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou de cobrar tributo, ou cobrá-los parcialmente;

VI - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se de qualidade de funcionário ;

VII - exigir tributo que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

Parágrafo Único - Além da multa prevista neste artigo, autoridade municipal instaurará o competente processo administrativo e encaminhará ao Ministério Público, peças processuais para providências penais cabíveis.



Art. 386 - A penalidade será imposta pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária a que estiver subordinado o servidor.

Art. 387 - O pagamento de multa decorrente de aplicação de penalidade funcional, devidamente documentada e instruída em processo administrativo, inclusive com defesa apresentada pelo servidor, somente se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Art. 388 - Extingue-se a punibilidade dos crimes quando o agente promover o pagamento do tributo, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

TÍTULO V

INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

INFRAÇÕES PRATICADAS POR PARTICULARES

Art. 389 - Constitui infração contra a ordem tributária, aquelas previstas na Lei 4.729 de 14/07/65 e na Lei 8.137 de 27/12/90, que estabelecem o seguinte:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III - falsificar ou alterar fatura, nota fiscal, duplicata e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis;

V - negar ou deixar de fornecer, nota fiscal ou documento equivalente, relativo a prestação de serviços, efetivamente realizado ou fornecê-la em desacordo com a legislação;

VI - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal;

VII - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

SEÇÃO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 390 - As infrações previstas neste capítulo são de ação penal pública, aplicando-se-lhes o disposto no artigo 100 do Código Penal.

Art. 391 - Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nas infrações descritas neste capítulo, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como, indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

TÍTULO VI

LEIS, DECRETOS E NORMAS COMPLEMENTARES

Art. 392 - A legislação tributária municipal compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo em parte, sobre tributos de competência municipal.



Parágrafo Único - São normas complementares das leis e dos decretos:

- I - as portarias, instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas competentes;
- II - as decisões dos órgãos competentes das instâncias administrativas;
- III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas competentes;
- IV - os convênios que o Município celebrar com autoridades competentes da Administração direta ou indireta da União, Estados ou Municípios.

Art. 393 - A relação jurídico-tributária será regida pela legislação vigente no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição expressa em contrário.

TÍTULO VII

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 394 - A obrigação tributária é principal ou acessória.

Art. 395 - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela corrente.

Art. 396 - A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Art. 397 - A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

TÍTULO VIII

FATO GERADOR

Art. 398 - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 399 - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 400 - Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;
- II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Art. 401 - Para os efeitos do inciso II do artigo anterior, e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionados reputam-se perfeitos e acabados:

- I - sendo suspensiva a condição, desde o momento do seu implemento;
- II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 402 - A definição legal do fato gerador é interpretada, abstraindo-se:

- I - da validade jurídica dos atos, efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;



II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

TÍTULO IX

SUJEITO ATIVO

Art. 403 - Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

TÍTULO X

SUJEITO PASSIVO

Art. 404 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributos ou penalidade pecuniária.

§ 1º - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

§ 2º - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este relativamente aos atos que praticarem em razão de seu ofício, ou às omissões pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por este;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Art. 405 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituem o seu objeto.

Art. 406 - Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributo, não podem ser opostas à Fazenda Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

TÍTULO XI

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 407 - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta e é constituído pelo lançamento.

Art. 408 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.



CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 409 - Compete privativamente à autoridade administrativa competente constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Art. 410 - O crédito tributário não pode ter o seu nascimento obstado nem os seus elementos modificados por declaração de vontade que não emane do poder competente.

Art. 411 - É ineficaz, em relação ao Fisco Municipal, a cessão de obrigação de pagar qualquer crédito tributário decorrente de acordo entre pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 412 - O lançamento deverá ser efetuado e revisto de ofício pela autoridade competente, nos seguintes casos:

- I - quando a lei assim o determinar;
- II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma de legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa competente, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, juízo daquela autoridade;
- IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V - quando se comprove omissão ou inexatidão por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade, a proceder ao pagamento do imposto antecipadamente sem prévio exame da autoridade administrativa competente, sujeito a homologação posterior;
- VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VII - quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro, em benefício daquele, agiu como dolo, fraude ou simulação;
- VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
- IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que a efetuou, ou omissão pela autoridade de ato ou formalidade essencial.

Art. 413 - Poderá a Administração Municipal atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa competente.

§ 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos deste artigo, extingue o crédito sob condição resolutória da anterior homologação do lançamento.

§ 2º - Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando a extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º - Os atos a que se refere o § anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

Art. 414 - O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicadas aos contribuintes, mediante notificação direta, com a indicação do prazo de 15 (quinze) dias para o respectivo pagamento ou recurso.

Art. 415 - A notificação será feita em formulário próprio e conterá os seguintes elementos essenciais:

- I - nome do notificado;
- II - descrição do fato tributável;



III - valor do tributo e a indicação de que o mesmo estará sujeito ainda, aos acréscimos legais por atraso de pagamento, quando for o caso;

IV - assinatura do notificante;

V - prazo para apresentar impugnação.

Art. 416 - A notificação será feita por edital, afixado em lugar próprio da repartição fiscal e publicado no Diário Oficial do Município, ou , em jornal de grande circulação no Município quando não for localizado o contribuinte.

CAPÍTULO II

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 417 - Suspende-se a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão da medida liminar em mandatos de segurança.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito será suspenso, ou dela conseqüente.

SEÇÃO II

MORATÓRIA

Art. 418 - O Município poderá conceder moratória, em caráter geral e individual, suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais, mediante despacho do Prefeito, desde que autorizada em lei específica.

Art. 419 - A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo caso:

a - os créditos tributários e fiscais a que se aplica;

b - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c - as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

Art. 420 - A moratória abrange, tão somente, os créditos tributários e fiscais constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo Único - A moratória não será concedida nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefícios daquele.

CAPÍTULO III



EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 421 - Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - prescrição e decadência;
- VI - a conversão de depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
- VIII - a consignação em pagamento;
- IX - a decisão administrativa informável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- X - a decisão judicial passado em julgado.

SEÇÃO I

PAGAMENTO

Art. 422 - Os créditos tributários devem ser solvidos em moeda corrente do País, salvo as exceções previstas em lei especial.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder executivo estabelecerá, em ato normativo, o pagamento do crédito tributário em cheques, carnês, promissórias ou processo mecânico.

Art. 423 - O pagamento dos tributos deve ser feito nos estabelecimentos bancários devidamente autorizados.

Parágrafo Único - A remessa de guias de recolhimento ao contribuinte não o desobriga de procurá-las na repartição competente caso não as receba no prazo normal, desde que tenham sido feitas publicações, na mídia em geral, dando ciência ao público da emissão das citadas guias.

Art. 424 - O pagamento não importa em quitação do crédito tributário, valendo somente como prova de recolhimento da importância referida na guia e, em consequência, não exonera o contribuinte de qualquer diferença que venha a ser apurada de acordo com o disposto na lei.

Art. 425 - O conhecimento do pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento de créditos anteriores, bem como de outros referentes a tributos diversos.

Art. 426 - O Secretário Municipal de Fazenda poderá permitir, em caráter excepcional, o pagamento parcelado de créditos tributários já vencidos, tendo em vista a situação econômico-financeira do sujeito passivo, não se excluindo, em caso algum, o pagamento de juros, multas e atualização monetária, quando couber.

§ 1º - Somente é concedido o parcelamento para débitos vencidos há mais de 2 (dois) meses, não ajuizados, cabendo a iniciativa do pedido ao contribuinte mediante petição.

§ 2º - O parcelamento não será superior a 30 (trinta) meses em prestações mensais, iguais e sucessivas, obedecendo ao seguinte critério:

- I - até 06 (seis) parcelas, com débito não superior a 500 (quinhentas) UFIR's;
- II - de 07 (sete) a 12 (doze) parcelas, com débito apurado entre 501 (quinhentas e um) a 800 (oitocentos) UFIR's;
- III - de 13 (treze) a 18 (dezoito) parcelas, com débito apurado entre 801 (oitocentos e um) a 1500 (mil e quinhentas) UFIR's;



IV - de 19 (dezenove) a 30 (trinta) parcelas, com débito apurado acima de 1501 (mil quinhentas e um) UFIR's;

§ 3º - O atraso no pagamento de duas prestações sucessivas obriga a inscrição imediata do débito total vencido e a vencer em dívida ativa, ficando proibido outro parcelamento para o mesmo débito.

§ 4º - O parcelamento será requerido pelo interessado, através de petição, com especificações do tributo, após o pagamento do valor correspondente a, no mínimo, 1 (hum) avo do montante do débito apurado na data da petição.

§ 5º - O valor da prestação mensal não poderá, sob nenhum pretexto, ser inferior ao valor fixado para a primeira parcela.

§ 6º - O número de prestações do parcelamento não poderá exceder ao total de meses em atraso;

§ 7º - Não poderá ser concedido novo parcelamento a contribuinte que não liquidar o parcelamento anteriormente efetuado.

§ 8º - As prestações mensais resultantes do parcelamento serão representadas em UFIR.

§ 9º - Aprovado o parcelamento, o contribuinte assinará instrumento de confissão da dívida que servirá também como notificação de lançamento.

Art. 427 - O recolhimento dos tributos far-se-á pela forma e nos prazos fixados em regulamento.

Art. 428 - Quando não recolhido na época determinada, o débito ficará sujeito aos seguintes acréscimos:

I - juros de mora;

II - multa de mora;

III - atualização monetária, na forma da variação da UFIR.

§ 1º - A multa por infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão que importe em inobservância às disposições da legislação tributária.

§ 2º - A multa de mora, os juros e a atualização monetária serão cobrados independentemente do procedimento fiscal.

Art. 429 - Excetuados os casos de autorização legislativa ou mandado judicial, é vedado ao funcionário receber tributos com desconto ou dispensa de obrigação tributária principal ou acessória.

§ 1º - A inobservância ao disposto neste artigo sujeita o infrator, sem prejuízo das penalidades que lhe forem aplicáveis, a indenizar o Município em quantia igual a que não foi recolhida, devidamente atualizada e acrescida dos encargos moratórios.

§ 2º - Se a infração decorrer de ordem de superior hierárquico, ficará este solidariamente responsável com o infrator.

SEÇÃO II

PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 430 - O contribuinte terá direito, à restituição total ou parcial do tributo, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, observadas as condições fixadas e conforme esta lei.

Parágrafo Único - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos.



Art. 431 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Art. 432 - As restituições dependerão de requerimento da parte interessada, dirigida a instância singular, cabendo recurso para a Junta de Revisão Fiscal.

Parágrafo Único - Para os efeitos do disposto neste artigo serão anexados ao requerimento os comprovantes originais do pagamento efetuado.

Art. 433 - Atendendo à natureza e ao montante do tributo a ser restituído, o Secretário Municipal de Fazenda poderá determinar que a restituição se processe através da norma de compensação de crédito.

Art. 434 - Quando a dívida estiver sendo paga parceladamente, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte do pagamento das parcelas restantes, a partir da data da decisão definitiva, na esfera administrativa.

SEÇÃO III

COMPENSAÇÃO

Art. 435 - Fica o Chefe do Poder Executivo, valendo-se da faculdade outorgada pelo art. 1009 c/c arts. 1017 do Código Civil e 170 do Código Tributário Nacional, e da lei municipal n.º 1769, de 04 de agosto de 1977, autorizado a proceder à compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, de sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo Único - São excluídos do disposto no “caput” deste artigo os créditos tributários que estejam sub-judice.

SEÇÃO IV

TRANSAÇÃO

Art.436 - É facultado, nas condições a seguir estabelecidas, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação, que mediante concessões mútuas, importe em terminação do litígio e conseqüente extinção do crédito tributário, desde que ocorra ao menos uma das seguintes situações:

I - o litígio tenha como fundamento obrigação tributária cuja expressão monetária seja inferior a 50 (cinquenta) UFIR's;

II - a demora na solução do litígio seja onerosa para o Município;

III - o montante do tributo tenha sido fixado por arbitramento ou estimativa.

Parágrafo Único - Competente para realizar a transação é o Chefe do Poder Executivo que poderá delegar essa competência ao Procurador Geral do Município, quando a ação estiver na esfera judicial, e ao Secretário Municipal de Fazenda quando a ação estiver a nível administrativo.

SEÇÃO V

REMISSÃO

Art. 437 - A concessão de remissão, total ou parcial, através da lei específica deverá atender às seguintes condições:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou à ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - à consideração de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;



V - a condições peculiares à determinada região do território do Município.

Parágrafo Único - Mesmo na vigência do ato de que trata o “caput” deste artigo, a concessão da remissão em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais caso.

SEÇÃO VI

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Art. 438 - O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão (que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado).

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 439 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo Único - A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

V - extingue-se ainda o crédito tributário:

a - conversão do depósito em moeda;

b - pagamento antecipado e homologação do lançamento dos termos do artigo 150 do Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO IV

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 440 - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente.



SEÇÃO II

ISENÇÃO

Art. 441 - Ressalvadas as hipóteses expressamente prescritas nesta lei, a isenção deverá ser solicitada anualmente, mediante requerimento devidamente instruído com prova quanto ao atendimento dos requisitos ou condições.

Art. 442 - A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 443 - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo.

Art. 444 - A documentação do primeiro pedido de isenção poderá servir para os exercícios fiscais subsequentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

Art. 445 - A solicitação de isenção do IPTU ou a sua renovação para o exercício seguinte deverá ser encaminhada ao Secretário Municipal de Fazenda até a data de vencimento da cota única, quando for o caso, ou até a data do vencimento de qualquer parcela sujeita a benefícios.

Art. 446 - A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

- I - for verificada a inobservância dos requisitos para a sua concessão;
- II - desaparecem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

Art. 447 - Interpretam-se literalmente as normas sobre isenções.

SEÇÃO III

ANISTIA

Art. 448 - A anistia abrange, exclusivamente, as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Parágrafo Único - Qualquer anistia só poderá ser concedida através de lei municipal por iniciativa do Poder Executivo, após aprovação do Poder Legislativo.

LIVRO OITAVO

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I

INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Art. 449 - O cadastro municipal de contribuintes da Prefeitura é constituído pelas informações do cadastro imobiliário e do cadastro de atividades econômicas.

Art. 450 - Toda pessoa física ou jurídica sujeita às obrigações tributárias deverá promover sua inscrição no Setor de Cadastro Fiscal, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou regulamento.

§ 1º - Far-se-á a inscrição:

I - por declaração do contribuinte ou de seu representante, através de petição, preenchimento de ficha ou formulário modelo;

II - de ofício.

§ 2º - Apurada a qualquer tempo a inexatidão dos elementos declarados, proceder-se-á de ofício à alteração da inscrição, aplicando-se as penalidades cabíveis.

§ 3º - Servirão de base à inscrição de ofício os elementos constantes dos autos de infração e outros que dispuser a Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 4º - Proceder-se-á inscrição retroativa quando o contribuinte de atividade restritamente pessoal comprovar inscrição na Previdência Social, aplicando-se ao mesmo a multa cabível, determinada nesta lei por falta de inscrição na época, não o eximindo do pagamento dos tributos diversos.

Art. 451 - Os pedidos de alteração ou baixa de inscrição serão feitas pelo contribuinte ou por seu preposto devidamente credenciado dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do ato ou fato que as motivarem e somente serão deferidos após informação do órgão fiscalizador competente.

§ 1º - Para fins do que determina o “caput” deste artigo deverão ser comunicadas, mediante formulário próprio, as rendas, transferências de estabelecimento, ramo, cisão, fusão, incorporação, encerramento de atividade e outras alterações, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º - Em nenhum caso se procederá à baixa da inscrição de contribuinte em débito para com o município.

§ 3º - Procedida a baixa da inscrição, serão retidas pela Seção de Fiscalização de Rendas as notas fiscais de prestação de serviço que não tiverem sido emitidas pelo contribuinte, mediante termos a serem lavrados no processo de baixa e no livro “Termo de Ocorrência”, os quais deverão consignar expressamente terem sido elas inutilizadas, na forma que dispuser o regulamento.

§ 4º - O titular da repartição a que estiver jurisdicionado o contribuinte poderá cancelar a inscrição no cadastro fiscal, observando o disposto no parágrafo 2º deste artigo, nos casos abaixo:

I - na cessação de suas atividades devidamente comprovados;

II - quando se comprovar o falecimento do contribuinte;

III - quando verificada duplicidade de inscrição no Cadastro Fiscal, em decorrência de erro da repartição fiscal;

IV - quando constar do cadastro do contribuinte falta de movimento ininterruptamente por três anos ou mais, que será apurado:

a - pela fiscalização fazendária o não funcionamento da firma no mesmo endereço;

b - por lavratura do termo da última ocorrência fiscal;

c - pela devolução de correspondência “DESTINATÁRIO NÃO FOI ENCONTRADO”.

§ 5º - Quanto aos incisos II, III e IV do § 4º anterior, não se aplica o disposto no § 1º.

§ 6º - Apurada a circunstância apresentada no inciso IV, do § 4º, deste artigo, o Secretário Municipal de Fazenda fará publicar no Diário Oficial do Município o cancelamento de inscrição do contribuinte, que será anotado no cadastro do titular e ou dos sócios da empresa, para que, em qualquer época, fiquem impedidos de se estabelecerem no Município enquanto perdurar a dívida.

Art. 452 - O Cadastro Municipal de Contribuintes compreende o conjunto de dados cadastrais referentes aos contribuintes de todos os tributos, podendo merecer denominação e tratamento específico quando assim o requeira a natureza peculiar da cada tributo.



TÍTULO II

APREENSÃO

Art. 453 - Poderão ser apreendidos, mediante procedimento fiscal, os livros, documentos, papéis e arquivos (em meios magnéticos ou não), que constituam prova de infração ao estabelecido na legislação tributária.

Parágrafo Único - Poderão ser apreendidos:

I - Quando na via pública, se não tiverem sido pagos os tributos respectivos:

a - os veículos;

b - quaisquer objetos utilizados como meio de propaganda.

II - Em qualquer caso, os objetos ou mercadorias:

a - cujo detentor não exiba à fiscalização documento fiscal que comprove sua origem e que por lei ou regulamento deva acompanhar o objeto ou a mercadoria;

b - quando transitarem ainda que acompanhados de documentos fiscais, sem que, no entanto, possa ser identificado o seu destinatário, nos casos em que a lei ou regulamento o exigir;

c - se houver anotações falsas nos livros e documentos fiscais com eles relacionados, inclusive quanto ao preço, origem e destino;

d - se o detentor, remetente ou destinatário, não estiver inscrito na repartição competente, quando a isso obrigado;

e - se existirem indícios veementes de fraudes em face à lei ou regulamento.

III - Os livros, documentos ou quaisquer outros papéis que constituam prova de infração a dispositivos legais ou regulamentares.

TÍTULO III

INTERDIÇÃO

Art. 454 - A juízo da autoridade competente, poderá ser interditado o estabelecimento do contribuinte que não estiver em dia com as obrigações estatuídas na lei fiscal ou da mesma decorrentes, com exceção das obrigações relativas a dívida de tributos e Preços Públicos.

§ 1º - A interdição será precedida de notificação expedida ao responsável pelo estabelecimento, dando-lhe prazo mínimo de 10 (dez) dias para o cumprimento da obrigação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do imposto devido e das multas que lhe forem aplicáveis de acordo com a lei.

Art. 455 - Nos casos de atividades provisórias, em que o imposto deva ser pago antecipadamente, por estimativa, não poderá o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o recolhimento do mesmo, sob pena de interdição e evacuação do recinto, se for o caso, independente de qualquer outra formalidade legal.

Art. 456 - Aquele que, depois de fixado o Edital de Interdição, continuar a exercer sua atividade, ficará sujeito a multa fixa de 500 (quinhentos) UFIR's, e mais uma multa de 250 (duzentos e cinquenta) UFIR's por dia em que insistir no exercício de sua atividade, sendo que, a partir do décimo dia em desobediência ao edital de interdição o estabelecimento será devidamente lacrado, independente de outras ações de caráter judicial.

TÍTULO IV

DÍVIDA ATIVA

Art. 457 - A inscrição e a cobrança da Dívida Ativa será regulada pela Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.



Art. 458 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de créditos tributários e não tributários inscritas na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.

§ 1º - O débito poderá ser parcelado em até 30 (trinta) meses através de Termo de Compromisso e Confissão de Dívida, firmado pelo devedor ou preposto devidamente qualificado, quando ainda em cobrança amigável.

§ 2º - Ocorrendo o não pagamento de duas parcelas seguidas, consideram-se vencidas e não pagas as parcelas restantes.

Art. 459 - A inscrição dos débitos em dívida ativa far-se-á por intermédio do respectivo registro em livro próprio, dos elementos que permitam a sua caracterização em relação ao crédito e ao devedor.

Art. 460 - O termo de inscrição na dívida ativa autenticado pela autoridade administrativa competente indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, e, sendo o caso, dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um ou de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular o juro de mora e demais encargos previsto nesta lei ou em contrato;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente à disposição da lei em que sejam fundadas ou encontrado;

IV - a data em que foi inscrita e o número de inscrição no registro de dívida ativa;

V - sendo o caso, o número do processo administrativo do auto de infração de que se originar o crédito, se nele estiver apurado o valor da dívida;

VI - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos nesta lei ou em contrato.

Parágrafo Único - A certidão da dívida ativa conterá os mesmos elementos do termo inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

Art. 461 - Por determinação da Procuradoria da Fazenda Municipal serão administrativamente cancelados os débitos.

I - prescritos;

II - os contribuintes que hajam falecidos deixando bens que, por força da lei, sejam insuscetíveis de execução;

III - que, por seu ínfimo valor, tornem a cobrança ou execução notoriamente antieconômicas.

Art. 462 - A dívida será cobrada por procedimento:

I - amigável, durante o período máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de vencimento do débito;

II - judicial.

Art. 463 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou conseqüentes, serão reunidas em um só processo.

Art. 464 - Cessa a competência da Secretaria Municipal de Fazenda para cobrança do débito com o encaminhamento da certidão de dívida ativa para a cobrança judicial.

Art. 465 - O recebimento de débitos fiscais, constantes de certidões já encaminhadas para cobranças executivas, será feito exclusivamente através de guias de recolhimento municipal, com visto do órgão jurídico da Administração Municipal incumbido da cobrança judicial da dívida ativa.



TÍTULO V

CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 466 - A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, seu domicílio fiscal e ramo de negócios ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido e o tipo do tributo.

§ 1º - A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição e, no caso de certidão negativa do ISSQN, terá ela a validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição.

§ 2º - Nos casos de parcelamento do crédito tributário, as certidões negativas terão validade de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição.

Art. 467 - Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de crédito tributário não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 468 - Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas às infrações cuja responsabilidade seja pessoal ou infrator.

Art. 469 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que tenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário, e respectivos juros de mora e atualização monetária.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que, no caso, couber.

TÍTULO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 470 - O processo administrativo fiscal será regido pelas disposições desta lei e iniciado por petição da parte interessada, ou de ofício pela autoridade administrativa competente.

Parágrafo Único - Considera-se processo administrativo fiscal aquele que verse sobre interpretação e aplicação da legislação tributária.

CAPÍTULO I

POSTULANTES

Art. 471 - O contribuinte poderá postular pessoalmente ou através de proposto regularmente habilitado mediante mandato expresso.

Art. 472 - A petição deve conter as indicação seguintes:

- I - nome completo do requerente;
- II - inscrição fiscal;
- III - endereço para recebimento de intimações;



IV - o pedido e seus fundamentos, assim como a declaração do montante que é considerado devido quando for o caso.

§ 1º - A petição deve vir instituída com documentação comprobatória das respectivas alegações.

§ 2º - A petição, quando manifestamente inepta ou quando a parte for ilegítima, não será analisada quanto ao mérito.

§ 3º - É vedado reunir, na mesma petição, matéria referente a tributos diversos, bem como defesa ou impugnação relativa a mais de uma autuação, lançamento, decisão ou contribuinte.

§ 4º - Será admitida a apresentação da defesa mencionando-se simplesmente o julgamento em auto de infração, desde que de forma correlata à mesma infringência.

Art. 473 - A defesa ou impugnação será apresentada à repartição fiscal por onde tramita o processo, já instruída com os documentos em que se fundamentar.

CAPÍTULO II

INTIMAÇÃO

Art. 474 - Os interessados deverão ter ciência do ato que determinar o início do processo administrativo fiscal, bem como de todos os demais de natureza decisória que imponham a prática ou abstenção de qualquer ato.

Art. 475 - A intimação será feita pelo servidor competente, comprovada pela assinatura do intimado ou de seu preposto munido de mandato com poderes expressos para receber intimações do Fiscal Municipal, ou no de recusa, com declaração escrita de quem fizer a intimação.

§ 1º - O preposto deverá fornecer aos Agentes Fiscais cópia autenticada do mandato a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 2º - Havendo recusa de recebimento por parte do contribuinte a ser intimado, caberá à Agente Fiscal ou Fiscal de Rendas lavrar a ocorrência através de declaração expressa, juntamente com a assinatura de duas testemunhas.

Art. 476 - Configurando-se a recusa, o titular da Seção de Fiscalização competente procederá a intimação por via postal, com aviso de recebimento (AR), em mão própria do contribuinte.

Parágrafo Único - Caso não conste data de entrega, considera-se feita a intimação 15 (quinze) dias após a entrega da mesma à agência postal, salvo prova em contrário.

Art. 477 - Quando não encontrado o contribuinte ou seu preposto, será procedida a intimação através de edital.

§ 1º - A intimação por edital será publicada por uma única vez, através do órgão de imprensa oficial.

§ 2º - O contribuinte será considerado intimado após o transcurso de 30 (trinta) dias da publicação do edital.

Art. 478 - A Intimação Fiscal para que o contribuinte preste os esclarecimentos necessários ou exiba documentos fiscais de interesse do fisco, será de no máximo 7 (sete) dias úteis, quando feito diretamente ao contribuinte, a contar da ciência de seu recebimento.

§ 1º - O não atendimento, do constante deste artigo, implicará no arbitramento de valores devidos, e da aplicação do respectivo Auto de Infração, independentemente de outras sanções.



§ 2º - Não se conhecerá da Intimação que exija do contribuinte recolhimento de créditos levantados por ação fiscal.

Art. 479 – O contribuinte entregará ao Fisco a documentação solicitada, mediante a apresentação de “Recibo de entrega de documentos fiscais” que contará descrição detalhada dos documentos apresentados.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTO DE PRÉVIO OFÍCIO

Art. 480 - O procedimento de prévio ofício tem início com o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o contribuinte ou seu preposto da obrigação tributária.

§ 1º - o início do procedimento exclui a espontaneidade do contribuinte em relação aos atos anteriormente praticados.

§ 2º - O procedimento alcança todos os que estejam diretamente envolvidos, independentemente de intimação, e somente abrange os atos que o precederem, salvo se a infração for de natureza permanente, caso em que se estenderá até o encerramento da ação fiscal.

Art. 481 - Os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados sempre que possível em livro fiscal, extraíndo-se cópia para anexação ao processo, quando não lavrado em livro.

Parágrafo Único - o contribuinte sob fiscalização receberá cópia autenticada dos termos lavrados.

Art. 482 - O procedimento, com a finalidade de exame da situação do contribuinte, deverá estar concluído dentro de 30 (trinta) dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo, por qualquer ato da autoridade fiscal competente que dará ciência ao interessado da prorrogação, antes do término do prazo anterior.

§ 1º - o prazo de prorrogação será contínuo ao término do prazo anterior.

§ 2º - A soma total das prorrogações ininterruptas não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias.

Art. 483 - A apreensão de livros, documentos, mercadorias e outros objetos, para instruir o procedimento, far-se-á sempre mediante termos circunstanciados, anexos ao auto de infração, observadas as normas relativas à lavratura do auto de infração.

CAPÍTULO IV

PROCESSO DE OFÍCIO

Art. 484 - A exigência do crédito tributário, será formalizada, conforme o caso, em auto de constatação e notificação de lançamento ou de auto de infração e notificação de lançamento, quando se tratar de aplicação de penalidades por infração à legislação, e o sujeito passivo terá 15 (quinze) dias para recolhimento ou apresentação de impugnação, contados da notificação do lançamento.

§ 1º - Lavrado o auto, a autoridade fiscal competente fará instaurar, imediatamente, procedimento administrativo, devidamente numerado, requerendo a autoridade competente o lançamento do crédito tributário.

§ 2º - Caso o sujeito passivo venha a efetuar o recolhimento do Crédito Tributário, no prazo estabelecido no parágrafo 1º, terá um desconto de 50% (cinquenta por cento), apenas no que se refere às multas aplicadas por infração à legislação.

Art. 485 - O auto e a notificação conterão obrigatoriamente os seguintes elementos:

I - a qualificação do autuado/notificado;



- II - o local, a data e a hora de sua lavratura ou da sua emissão;
- III - a descrição circunstanciada dos fatos que justifiquem a exigência da obrigação tributária;
- IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicada, quando for o caso;
- V - o valor do crédito tributário;
- VI - os prazos de recolhimento do débito com as reduções previstas em lei quando for o caso;
- VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la ou no prazo de 15 (quinze) dias;
- VIII - a assinatura do autuante, a indicação de seu cargo ou função, o número de sua matrícula e a assinatura do autuado.

Parágrafo Único - Prescinde de assinatura do autuante a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

Art. 486 - Os autos e termos processuais serão lavrados sem espaços em branco, sem entrelinhas ou rasuras não ressalvadas, devendo ser preenchidos com clareza e nitidez, de modo que o texto possa ser lido com facilidade.

CAPÍTULO V

IMPUGNAÇÃO

Art. 487 - A impugnação do auto e notificação de lançamento tem efeito suspensivo, e instaura a fase litigiosa do processo.

Parágrafo Único - Do indeferimento da autoridade administrativa competente à restituição do indébito, também cabe impugnação.

Art. 488 - Ao contribuinte é facultado vista do processo no órgão fiscal competente, dentro do prazo fixado neste artigo, sendo vedada a retirada dos autos.

Art. 489 - A impugnação mencionará e conterà:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do impugnante;
- III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- IV - as diligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas.
- V - eventuais documentos que sirvam de prova ou de esclarecimentos.

Art. 490 - A autoridade fiscal competente determinará, de ofício ou a requerimento do contribuinte, a realização de diligências, inclusive perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.

Art. 491 - Será reaberto o prazo para impugnação se da realização de diligência for apurado fato novo.

Art. 492 - Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, no prazo de 15 (quinze) dias será declarada a revelia e julgado o processo com os elementos que este contiver.

Art. 493 - O processo será organizado em ordem cronológica e suas folhas numeradas e rubricadas.

Art. 494 - Só serão encaminhadas às instâncias administrativas de julgamento, os Autos e Notificações de Lançamento que forem impugnados e mesmo assim dentro do prazo estabelecido neste código.

CAPÍTULO VI

NULIDADES



Art. 495 - São nulos:

I - os atos praticados por autoridade ou servidor sem designação específica por quem de direito, atribuindo-lhe competência;

II - as decisões não fundamentadas;

III - os atos ou decisões que impliquem preterição ou prejuízo de direito de defesa.

Art. 496 - A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando deles decorra ou dependa.

CAPÍTULO VII

SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 497 - O ingresso do interessado em juízo não suspenderá o curso do processo administrativo fiscal, a menos que decisão judicial assim o determine.

Art. 498 - o curso do processo administrativo fiscal poderá ser suspenso mediante requerimento do contribuinte, a critério do Secretário Municipal de Fazenda, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 499 - Na organização do processo administrativo fiscal, observar-se-ão, subsidiariamente, as normas pertinentes ao processo administrativo comum.

Art. 500 - É facultado ao contribuinte ou a quem o represente sempre que necessário, ter vista dos processos em que for parte.

Art. 501 - Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para solução do litígio, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

Art. 502 - Pode o contribuinte, em qualquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativa aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de processo reprográfico com autenticação por funcionários habilitados.

§ 1º - Da certidão constará expressamente se a decisão transitou em julgado na via administrativa.

§ 2º - Só será dada certidão de atos opinativos, quando os mesmos forem indicados expressamente nos atos decisórios em seu fundamento.

Art. 503 - Os interessados devem apresentar suas petições em 02 (duas) vias, anexando a via que integrar o processo, os documentos que a instruírem.

Parágrafo Único - A segunda via será desenvolvida ao interessado, devidamente autenticada pela repartição, valendo como prova de entrega.

TÍTULO VII

PROCESSO CONTENCIOSO

CAPÍTULO I



LITÍGIO

Art. 504 - O litígio tributário será iniciado pela apresentação, por parte do contribuinte, de defesa ou impugnação:

- I - do auto de constatação e notificação de lançamento;
- II - do auto de infração e notificação de lançamento;
- III - do indeferimento de pedidos de restituição de indébito tributário;
- IV - da recusa de recebimento de tributo, acréscimos ou multa por infração que o contribuinte procure espontaneamente recolher;
- V - pedido de revisão de avaliação de bens imóveis para efeito de ITBI;
- VI - consulta sobre a interpretação a aplicação da Legislação Tributária Municipal.

§ 1º - O pagamento do auto ou, o pedido de parcelamento, importam em reconhecimento da dívida, pondo, assim, fim ao litígio tributário.

§ 2º - A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará no restabelecimento do montante integral, excluídas as parcelas já pagas.

Art. 505 - A decisão em favor do contribuinte implica no cancelamento do auto e do lançamento e, devolução do crédito tributário, quando for o caso.

Art. 506 - A defesa ou impugnação deverá ser apresentada, por escrito à repartição por onde tramitar o processo, já devidamente instruída com os documentos em que se fundamentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação do lançamento do ato respectivo, e sustará a cobrança do crédito até decisão administrativa final.

§ 1º - O pedido de perícia ou diligências formulado pelo sujeito passivo será expresso e fundamentado, com a apresentação de quesitos e a indicação, caso queira, de assistente técnico, responsabilizando-se pelas respectivas despesas e honorários.

§ 2º - A prova pericial será realizada por servidor designado pela autoridade fiscal competente que convocará o assistente técnico indicado pelo sujeito passivo para participar da perícia, determinando local, dia e hora de comparecimento.

§ 3º - O laudo será redigido pelo perito e assinado por ele e pelo assistente técnico e deverá ser apresentado à autoridade fiscal competente no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 4º - Se houver divergência entre o perito e o assistente técnico, cada qual redigirá um laudo em separado, com as razões em que se fundamentem suas conclusões.

§ 5º - Havendo motivo de força maior, assim considerado pela autoridade fiscal competente, o prazo mencionado no § 3º deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, e por apenas uma única vez, quando solicitado pelo servidor competente.

Art. 507 - Na apreciação da prova, as autoridades julgadoras de primeiras e segunda instâncias não ficarão adstritas ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

Art. 508 - O julgamento do processo administrativo tributário em primeira instância administrativa compete à Junta Fiscal de Instrução e Julgamento, composta por 3 (três) fiscais ou agentes fiscais de renda, nomeados por ato do Secretário Municipal de Fazenda a cada processo.

§ 1º - Após saneado o processo administrativo, a junta fiscal terá o prazo 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

§ 2º - Não poderá ser nomeado para compor a Junta Fiscal de Instrução e Julgamento, o fiscal atuante.



CAPÍTULO II

JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 509 - As funções da Junta Fiscal se restringem aos procedimentos normais do exame e instrução dos processos administrativos fiscais e a emitir decisão fundamentada.

Art. 510 - Não compete à Junta Fiscal no exercício de suas funções intervir direta ou indiretamente nos procedimentos de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributo.

Art. 511 - Na apreciação da prova, compete à Junta Fiscal antes do julgamento do litígio:

I - propor ao Secretário Municipal de Fazenda, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a correção das inexatidões materiais devidas a lapso manifesto e os erros de cálculos que forem apontados no processo;

II - solicitar ao Secretário Municipal de Fazenda que sejam prestados os esclarecimentos necessários para formar livremente sua convicção e decidir o litígio;

III - requerer ao Secretário Municipal de Fazenda diligências que entender necessárias, em sendo insuficientes os elementos constantes do processo, bem como requerer a realização de perícia, caso não tenha sido esta requerida pelo sujeito passivo e seja essencial para o deslinde do litígio.

Art. 512 - A decisão da Junta Fiscal deverá conter:

I - o relatório resumido do processo;

II - os fundamentos de fato e de direito;

III - as disposições legais em que se baseia;

IV - a conclusão;

V - o valor do crédito tributário devido ou a penalidade imposta por infração à legislação, quando for o caso;

VI - notificação do sujeito passivo dando ciência da decisão.

Art. 513 - A Junta Fiscal recorrerá de ofício à segunda instância administrativa de julgamento, sempre que proferir decisão, no todo ou em parte, desfavorável à Fazenda Municipal.

§ 1º - O recurso de ofício tem efeito suspensivo e será interposto mediante simples declaração na própria decisão.

§ 2º - Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito na parte a ela relativa.

Art. 514 - Encerrada a fase de julgamento, a Junta Fiscal encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Fazenda, para dar ciência ao sujeito passivo da decisão proferida e, quando for o caso, intimá-lo para cumprimento da mesma ou apresentação de recurso quando couber à segunda instância de julgamento, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Se a decisão for omissa a respeito de ponto sobre o qual deveria pronunciar-se, o Secretário Municipal de Fazenda determinará o sobrestamento do processo e devolvê-lo-á a Junta Fiscal para que decida integralmente o mérito.

Art. 515 - Da decisão de primeira instância não cabe pedido de reconsideração.

Art. 516 - O lançamento não impugnado no prazo legal, será considerado como definitivo e encaminhado para cobrança amigável, inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.



Art. 517 – Só caberá recurso para segunda instância, seja voluntário ou de ofício, nos processos em que o somatório dos créditos tributários e respectivos acréscimos moratórios excedam o valor equivalente a 500 (quinhentas) UFIR's.

Art. 518 – Fica extinto a cargo do Auditor Tributário, Símbolo DAS II e criado em substituição o de Consultor Tributário, Símbolo DAS II, que terá como atribuição, emitir parecer sobre matéria Tributária em todos os processos em que for instado a se pronunciar.

CAPÍTULO III

RECURSOS

Art. 519 - Da decisão de primeira instância caberão recursos:

- I - de ofício;
- II - voluntário;

Parágrafo Único - Ambos os recursos terão efeito suspensivo.

Art. 520 - O recurso de ofício será interposto, obrigatoriamente, no ato da decisão de primeira instância, quando esta, total ou parcialmente, cancelar, modificar ou reduzir créditos tributários decorrentes de autos e notificações.

Art. 521 - O recurso voluntário deve ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 522 – No caso de recurso voluntário, o Secretário Municipal de Fazenda só encaminhará o processo à segunda instância se este for apresentado tempestivamente.

Art. 523 - Na hipótese de recurso voluntário parcial, poderá o crédito tributário, em sua parte não recorrida, ser imediatamente inscrito para prosseguimento e formalização de cobrança.

CAPÍTULO IV

JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 524 - O recurso voluntário ou de ofício será julgado em segunda instância pelo Conselho de Revisão Fiscal.

Art. 525 – O Conselho de Revisão Fiscal será composto de 03 (três) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo da seguinte forma:

- I - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro - OAB/RJ, indicado pelo Presidente da Sub-seção de Macaé;
- II – um representante da Procuradoria Municipal, indicado pelo Procurador Geral do Município.
- III – um representante do Conselho Regional de Contabilidade CRC/RJ, indicado pelo delegado regional Macaé-05.

Art. 526 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a estabelecer, por Decreto, a remuneração de cada membro do Conselho de Revisão Fiscal, por cada processo julgado, não podendo exceder ao valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo ao mês.

Parágrafo Único – Só farão jus a remuneração prevista no “caput” deste artigo, os membros do Conselho de Revisão Fiscal que não pertencerem ao quadro de servidores municipais.

Art. 527 - A decisão do Conselho constará de ata em que serão transcritos, se for o caso, os votos contrários à decisão de primeira instância.



Parágrafo Único - A decisão do Conselho receberá a forma de acórdão a ser publicado no órgão oficial do Município, com ementa sumariando a decisão.

Art. 528 - Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Fazenda, para promover a intimação do sujeito passivo e, quando for o caso, para que se cumpra a decisão no prazo de 15 dias.

CAPÍTULO V

EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 529 - São definitivas as decisões:

I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto;

II – de primeira instância, quando não couber recurso voluntário ou “de ofício” para a segunda instância;

III - de segunda instância.

Parágrafo Único - Serão também definitivas as decisões de primeira instância quanto ao conteúdo que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeito a recurso de ofício.

Art. 530 – Proferida a decisão definitiva de segunda instância, o processo será devolvido à Secretaria Municipal de Fazenda para as seguintes providências, necessárias ao seu cumprimento:

I – ciência ao sujeito passivo da decisão proferida e intimação do mesmo para cumprimento no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial;

II - cancelamento do Auto e Notificação de Lançamento, quando a decisão for favorável ao contribuinte.

TÍTULO VIII

PROCESSO NORMATIVO

CAPÍTULO I

CONSULTA

Art. 531 - A consulta sobre a legislação tributária aplicada a fato determinado é facultada ao sujeito passivo da obrigação e a outros interessados.

Art. 532 - A consulta deverá ser apresentada por escrito à Secretaria Municipal de Fazenda, a quem caberá proferir soluções no prazo máximo de 08 (oito) dias.

Art. 533 - É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da Legislação Tributária Municipal, em relação a fato concreto do seu interesse.

§ 1º - Também poderão formular consulta os Órgãos da Administração Pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

§ 2º - A consulta deverá ser dirigida ao Secretário Municipal de Fazenda, constando obrigatoriamente:

I - nome, denominação ou razão social do consulente;



II - número de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes;
III - domicílio tributário do consultente;
IV - sistema de recolhimento do imposto, quando for o caso;
V - se existe procedimento fiscal, iniciado ou concluído, e lavratura de Auto e Notificação de Lançamento;
VI - a descrição do fato objeto da consulta.

Art. 534 - A consulta não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano quando:

I - for efetuada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consultente;
II - em desacordo com os artigos anteriores;
III - for solicitada por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;
IV - o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultente;
V - o fato estiver disciplinado em ato normativo ou jurisprudência administrativa publicada antes de sua apresentação;
VI - o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;
VII - o fato for definido como crime ou contravenção penal;
VIII - não contiver elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável a critério da autoridade julgadora.

Art. 535 - Enquanto não respondida a consulta, nenhum procedimento fiscal será iniciado contra o contribuinte, com relação a matéria consultada.

Art. 536 - Caso o consultente não concorde com a resposta à consulta, poderá recorrer a instância administrativa de julgamento.

Art. 537 - Após a decisão da consulta, o contribuinte deverá ser cientificado da mesma e intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, dar cumprimento a decisão ou recorrer a Junta Fiscal de Instrução e Julgamento.

Parágrafo Único - Findo o prazo previsto neste artigo, sujeitar-se-á o contribuinte a todas as sanções previstas na legislação competente, inclusive as de natureza penal, no caso de não cumprimento da decisão ou de não apresentação de recurso.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTO NORMATIVO

Art. 538 - A interpretação e a aplicação da legislação tributária serão, sempre que possível, definidas em Instrução Normativa a ser baixada pela Secretaria Municipal de Fazenda ou pela Procuradoria da Fazenda Municipal, a qual, terá sempre no que couber, efeito vinculante administrativo.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 539 - Fica mantida, por determinação de Lei Federal específica, a Unidade Fiscal de Referência, indicada pela sigla UFIR, aplicável a todos os créditos tributários que dela precisarem se utilizar como valor de referência e atualização monetária convertendo-se, no ato do pagamento, em moeda corrente.



Art. 540 - Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá concorrer a fornecimento de materiais, mercadorias e serviços, vender diretamente ou participar de licitação para execução de obra pública sem que esteja quites com a Fazenda Municipal, quanto a créditos tributários cujo pagamento esteja obrigado nos últimos 5 (cinco) anos.

§ 1º - Para atender o disposto neste artigo, nenhuma aquisição de material, aceitação de mercadorias ou contratação de serviços, será realizada sem a busca no Cadastro Municipal de Contribuintes sobre a situação fiscal de fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo as pessoas físicas e jurídicas que autorizarem contratualmente à Fazenda Municipal a deduzir do valor contratado o crédito tributário remanescente.

§ 3º - Fica o Secretário Municipal de Fazenda autorizado a fornecer Certidão de Nada Consta, com validade de 90 (noventa) dias, aos fornecedores de materiais, mercadorias e Prestadores de Serviços, quando comprovado que sobre os mesmos não existe na data do requerido nenhum crédito sobre tributos devidos ao município, ou que venham atender o disposto no § 2º deste artigo, fazendo esta menção na respectiva certidão.

Art. 541 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a determinar a cobrança do ISSQN dos Serviços Prestados aos municípios, pelas seguintes empresas localizadas no Município:

- I - CEDAE;
- II - CERJ;
- III - Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos;
- IV - Rede Ferroviária Federal;
- V - TELERJ.

Art. 542 - Ficam estas empresas responsáveis pela retenção do imposto quando na contratação de outras empresas, para realizarem sob sua responsabilidade Serviços no Território do Município.

Art. 543 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir Carteiras Funcionais aos Agentes Fiscais de Rendas e/ou Fiscais de Rendas, e aos Fiscais de Posturas concedendo-lhes na mesma além dos direitos de fiscalizar, o direito ao passe livre nos meios de transporte de circulação municipal, quando em serviço.

Art. 544 - Sem prejuízo da incidência do ISSQN, na atividade de transporte coletivos, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado desde que a conjuntura econômica municipal assim o recomende, a cobrar “Tarifa de Utilização de Terminais” e pontos de paradas nas vias públicas do município cujo valor, será calculado por veículo de passageiro envolvido na operação de cada linha ou serviço.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo fixando inclusive o valor da tarifa a ser cobrada.

Art. 545 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Remissão de Créditos Tributários apurados, através de Autos de Infrações ajuizados ou não, desde que lavrados até o dia 31 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Através de Decreto o Chefe do Executivo, determinará a Procuradoria do Município em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, ao controle rigoroso dos Autos de Infração atingidos por este artigo.

Art. 546 - Atendendo aos requisitos básicos de organização administrativa tributária, cabe ao município o direito de pesquisar, de forma mais ampla e por todos os meios cabíveis, os elementos necessários a liquidação do crédito tributário e a atualização do Cadastro Municipal de Contribuintes, ficando, em consequência, toda e qualquer pessoa, contribuinte ou não, obrigada a prestar esclarecimentos e informações solicitadas por funcionários designados pela autoridade administrativa competente, a exibir aos mesmos, os livros, documentos, bens móveis ou imóveis, inclusive mercadorias, no seu estabelecimento, quando por este assim for considerado necessário a fiscalização.

Parágrafo Único - Compete ainda a fiscalização do Município:

- I - o exercício permanente do poder de polícia administrativo, através da fiscalização exercida



Quanto aos tributos de competência municipal, e aos partilhados com a união, estado e outros municípios, bem como em relação a fiscalização de obras, posturas municipais, saúde pública, meio ambiente e sistema viário;

II - formalizar coletas de dados necessários a graduação de tributos, segundo a capacidade econômica dos contribuintes, identificando-lhe o patrimônio, os rendimentos e suas atividades econômicas nos termos dos que estabelece o § 1º do artigo 145, da Constituição Federativa do Brasil;

III - promover assistência mútua fiscal de que trata o artigo 199, da Lei Federal n.º 5.172/66;

IV - coordenar o aperfeiçoamento fiscal, compreendendo as atualizações de que trata a Lei Federal n.º 5.172/66, visando o aperfeiçoamento das relações entre o Fisco e o Contribuinte; e

V - promover o combate à sonegação fiscal, inclusive através do cruzamento de informações, entre órgãos municipais, estaduais e federais, e da utilização de programas de simulação.

Art. 547 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - baixar os regulamentos necessários à aplicação das normas contidas neste Código;

II - firmar convênios com a PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A, suas subsidiárias e com outras empresas que explorem o mesmo ramo de atividade, para que seja retido mensalmente na fonte o ISSQN devido sobre valores das faturas a serem pagas a toda e qualquer pessoa jurídica, cadastrada ou não como contribuinte neste Município, e que, a qualquer título, lhes preste habitualmente ou, em caráter temporário ou eventual, quaisquer serviços sujeitos a tributação do ISSQN;

III - firmar convênios com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, com a Secretaria da Receita Federal e com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, objetivando a mútua assistência para o controle e fiscalização dos tributos respectivos, bem como a permuta de informações econômico-fiscais;

IV - firmar outros quaisquer convênios com a União, o Estado e outros Municípios, com entidades federais ou estaduais, desde que sejam de relevante interesse para o Município;

V - diligenciar junto à Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro no sentido de que as autoridades judiciárias competentes, tabeliães, escrivães e oficiais do registro de imóveis implementem o cumprimento das disposições contidas neste código;

VI - firmar convênios com empresas públicas ou privadas, autarquias, instituições ou fundações, visando a terceirização dos serviços públicos municipais.

Art. 548 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a identificar o comércio “informal”, o qual, se desenvolve de forma irregular nas ruas e periferias do município e a cadastrá-los, exigindo dos mesmos sua regularização como MICRO EMPRESÁRIOS, e conforme o caso, como atividade Rudimentar.

Art. 549 - O Chefe do Poder Executivo determinará por regulamento, os locais, as condições e as exigências legais estabelecidas neste Código, para a permissão das atividades temporárias mencionadas no artigo anterior.

Art. 550 - O “Micro Empresário” assim reconhecido atendidas as exigências regulamentares desta lei, poderá ascender a condição de Micro-Empresa, se assim o desejar, mas nesta nova condição, se obrigará a deixar o local autorizado pela municipalidade, aonde exercia sua atividade de Micro Empresário, sem nenhum direito adquirido.

Art. 551 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a baixar Decreto Regulador para a fiscalização, controle, aplicação e recolhimento de multas de trânsito, determinar os locais para estacionamento dos veículos, cobrando as respectivas taxas, coletar dados estatísticos, atuar e implementar as medidas administrativas relativas a trânsito e circulação de veículos no território do Município, referente as leis de trânsito, conforme estabelece o Código Nacional de Trânsito em vigor.

Art. 552 - Permanecem em pleno vigor os dispositivos de leis, decretos e normas complementares deste município não alcançados por este Código e que não contrariem o disposto nesta lei.

Art. 553 - As disposições deste Código aplicam-se desde logo, aos processos administrativos fiscais pendentes de julgamento, sem prejuízo na validade dos atos praticados na vigência da legislação anterior.

Art. 554 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Leis nº 1653 de 29 de dezembro de 1995, 858, de 17/11/83; 863/83; 1020/86; 1116/87; 1159/88; 1173/88; 1264/90; 1565/94; 1685/96; , e demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito

Prefeito Municipal de Macaé